**LUDMILLA KIAN**

# PANÓPTICO VIRTUAL

## A ONIPRESENÇA DO OLHAR ELETRÔNICO

Trabalho de conclusão de curso em telejornalismo apresentado ao curso de Comunicação Social, habilitação em jornalismo. Departamento de Comunicação Social, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Carlos Alberto Martins da Rocha.

**CURITIBA**

**2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**HABILITAÇÃO: JORNALISMO**

**REITOR**

Professor Doutor Carlos Augusto Moreira Júnior

**VICE-REITOR**

Professor Doutor Aldair Tarcísio Rizzi

**DIRETOR DO SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

Professor Doutor José Borges Neto

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Professor Carlos Alberto Martins da Rocha

**COORDENADOR DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Professor Rubens Sprada Mazza

**PROFESSOR ORIENTADOR**

Professor Carlos Alberto Martins da Rocha

Para Dolores

"Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens".

Michel Foucault

# SUMÁRIO

**Introdução** ..... 1

**1. Objetivos** ..... 2

**1.1 Objetivos específicos** ..... 2

**2. Justificativa** ..... 3

**3. Documentário** ..... 5

**4. Fundamentação Teórica** ..... 8

4.1 Panóptico ..... 8

4.2 Direito à imagem ..... 10

4.3 Segurança e privacidade ..... 12

4.3.1 Legalidade das câmeras de segurança ..... 13

4.3.2 Interesse do poder público ..... 14

4.3.3 Legitimação social ..... 15

4.4 Da ficção à realidade: a onipresença do olhar eletrônico ..... 16

4.5 Panóptico virtual ..... 19

4.6 Resistência: "*souriez vous êtes filmés*" ..... 21

**5. Características do produto** ..... 24

5.1 Vídeo documentário ..... 24

5.2 Público-alvo ..... 27

5.3 Distribuição ..... 27

**6. Metodologia** ..... 28

**7. Cronograma** ..... 30

**8. Conclusão** ..... 31

**9. Referências** ..... 33

# INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende suscitar a reflexão sobre os limites entre três direitos fundamentais garantidos pela Constituição ao cidadão: direito à segurança, à privacidade e à imagem. Esses limites serão analisados no caso específico da utilização de câmeras de segurança em espaços públicos e privados.

O interesse pelo tema surgiu da percepção de que há sempre uma câmera captando imagens, à revelia do indivíduo, aonde quer que se vá. Vias públicas, estabelecimentos comerciais, instituições privadas, condomínios residenciais, escolas, quase não há locais em que se esteja livre do olhar eletrônico.

O questionamento sobre a eficácia, a necessidade e a legalidade deste tipo de monitoramento e o paralelo entre esta vigilância virtual intermitente e a analisada por Michel Foucault através da idéia do Panóptico deu o contorno ao projeto.

A parte teórica foi elaborada de maneira a destacar os tópicos considerados relevantes nessa reflexão: o documentário, estilo escolhido para realização prática do projeto; as câmeras de segurança como instrumento de monitoramento do cidadão e as características do vídeo documentário produzido neste projeto como parte complementar do trabalho teórico.

Considerando-se que a preservação e o equilíbrio entre direitos individuais e coletivos são fundamentais para uma sociedade democrática, espera-se eu este projeto possa contribuir para incentivar o debate sobre a proeminente realidade do monitoramento eletrônico a partir de câmeras de segurança.

## 1. OBJETIVO

Este projeto tem como objetivo principal, por meio de um vídeo documentário, incentivar a reflexão sobre os limites éticos e legais do uso de câmeras de vigilância em locais públicos e privados.

### 1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Utilizar o vídeo documentário como forma de reflexão sobre o crescimento do uso de câmeras de vigilância na sociedade;

b) Suscitar a discussão sobre os limites éticos e legais entre os direitos à segurança, à imagem e à privacidade;

c) Analisar o uso de câmeras na sociedade como instrumento de controle e disciplinamento do cidadão;

d) Promover a troca de informações e de percepções entre profissionais de áreas relacionadas ao tema (filosofia, direito, sociologia e comunicação).

## 2. JUSTIFICATIVA

A produção de um vídeo documentário abordando o uso de câmeras de segurança é relevante se considerarmos a progressão destes sistemas de vigilância na nossa sociedade. A prática deste recurso suscita a discussão de como e de até que ponto o poder público e as instituições privadas têm direito de monitorar o indivíduo, e quais os limites entre a garantia de segurança e à privacidade do cidadão.

O debate sobre as novas formas de vigilância, possibilitadas pelo desenvolvimento tecnológico, é fundamental para que se possa levantar questões que ajudem a delimitar, de forma ética e legal, os critérios para a utilização destes recursos de monitoramento. Neste sentido, uma análise do uso de câmeras de segurança é prioritário considerando-se que, pelo custo, facilidade de instalação, e eficiência, é o instrumento de vigilância mais difundido no Brasil. "As empresas de segurança privada movimentam, ao ano, no Brasil aproximadamente R$ 5 bilhões."[1]

A proliferação dessas câmeras no cotidiano do cidadão e, principalmente, o argumento de que seja eficaz instrumento de segurança, geraram a familiarização com a vigilância eletrônica e um conseqüente não-questionamento sobre os limites e o poder deste tipo de monitoramento.

> " A sensação de insegurança tem provocado a popularização de um instrumento que, até pouco tempo, era recebido com restrições pela população: as câmeras de vídeo. Há vários

[1] **LIMA,** Caio. *Medo faz indústria crescer. In*: Gazeta do Povo. 03/10/2001.

> casos em que a proliferação do mecanismo atingiu tal ponto, que é difícil para algumas pessoas ficarem distantes dos olhares eletrônicos. Começa no corredor do prédio...
> No caminho para o serviço, dependendo do percurso feito, o cidadão pode ser filmado por câmeras direcionadas para a rua ou mesmo instaladas em vias públicas...
> No ambiente de trabalho, a vigilância tornou-se comum, como também acontece nas farmácias, restaurantes, postos de combustíveis, bancos e supermercados. No fim de semana, a situação não é diferente. Quem vai às compras em lojas ou shoppings, inevitavelmente, irá deparar-se com o aviso: sorria, você está sendo filmado..."[2]

A vigilância do olhar eletrônico é fato. Para o sociólogo Luiz Antônio F. Souza, pesquisador do Núcleo de Estudo de Violência da Universidade de São Paulo, a própria democracia fomenta a vigilância.

> "Nos regimes autoritários e monárquicos há uma grande repressão, as pessoas só fazem aquilo que é permitido; já a democracia faz surgir a vigilância. Cada cidadão tem a missão de controlar atitudes do outro, zelando para que a ordem seja preservada. Assim, as câmeras são mero instrumento deste sistema que já está implantado e que funcionaria mesmo que as câmeras não existissem, pois a democracia exige maior vigilância e controle."[3]

Supondo que em sociedades que pretendam-se democráticas o debate sobre questões relativas a liberdade e direitos individuais deva ser sempre incentivado, é importante que o profissional da comunicação, pelas próprias funções inerentes à profissão, incite esse debate. Considerando que a discussão do tema gira em torno do uso de câmeras de segurança, nada mais natural que o meio escolhido para trabalhar esse assunto fosse o vídeo. Daí a utilização do vídeo documentário como recurso na construção de argumentos, fazendo uso das imagens, de uma realidade que se pretende refletir.

---

[2] **MORAES**, Andréa. *Câmeras provocam polêmica sobre a segurança e a privacidade*. *In*: Gazeta do Povo. 28/04/02.
[3] http://www.jseg.net/especial63.htm

## 3. DOCUMENTÁRIO

Desde seu surgimento, os chamados filmes documentários apresentaram enorme variação, em todos os aspectos, inviabilizando a criação de conceitos ou modelos. Ainda hoje, existe uma enorme dificuldade em definir o documentário. Quando ele surgiu e se firmou como um estilo cinematográfico, dizia-se que era uma oposição, ou contrário, do cinema de ficção, pois supostamente tratava do real.

Como afirma Penafria[4], o documentário é um gênero, cuja identidade própria só começou a se estabelecer nos anos 30, com o movimento documentarista britânico e, em especial, com John Grierson (1898-1972). Nesse período, encontramos não só o reconhecimento do filme documentário enquanto gênero autônomo e distinto dos restante filmes como uma efetiva produção de filmes designados por documentário. Nos seus escritos, nomeadamente no artigo que data de 1932-34 intitulado "First Principles of Documentary" (in Forsyth Hardy, Grierson on documentary, London, Faber&Faber, 1979) Grierson discute e estabelece para o documentário características que o distinguem da restante produção fílmica. Segundo Grierson, no documentário, por ele definido como o "tratamento criativo da realidade", há combinações, re-combinações e formas criativa de trabalhar o material recolhido *in loco*.

O documentário trabalharia os seus temas de modo criativo revelando algo sobre os fenômenos, no caso, os fenômenos tratados eram os problemas sociais e

---

[4] **PENAFRIA**, Manuela. O filme documentário. História, Identidade, Tecnologia. Edições Cosmos. Lisboa. 1999.

econômicos vividos, na Grã-Bretanha, nos anos 30. Com Grierson ficou definido que para chamarmos documentário a um determinado filme, não basta que o mesmo nos mostre apenas o que os irmãos Lumière nos mostraram: que o mundo pode chegar até nós pelo olhar da câmera. É absolutamente necessário que o autor das imagens exerça o seu ponto de vista sobre essas imagens.

Assim, o documentário pode ser entendido como um ponto de vista, como um filme que apresenta e constrói argumentos sobre o mundo. Por poder oferecer uma reflexão aprofundada sobre determinado tema, o documentário, em geral, desencadeia um envolvimento crítico sobre esse mesmo tema e contribui para uma melhor compreensão do mundo em que vivemos.

> "O documentário não é um mero espelho da realidade não apresenta a realidade tal qual, ao combinarem-se e interligarem-se as imagens obtidas *in loco* dá-se significado à realidade, sem a pretensão de impor significados mas a mostrar que o mundo é feito de muitos significados... O seu olhar não se reduz ao que é óbvio, antes leva-nos a olhares diferentes sobre o mundo e permite-nos olhar o mundo de modo diferente. Por esta razão há um apelo ao debate de idéias, à reflexão e ao envolvimento crítico confrontados que somos com experiências diversas, sejam elas sociais ou pessoais...
> ... A partir do momento em que se decide fazer um documentário, isso constitui já uma intervenção na realidade. É pelo fato de selecionar e exercer o seu ponto de vista sobre um determinado assunto que um filme não pode ser nunca é uma mera reprodução do mundo. É impossível ao documentarista apagar-se. Ele existe no mundo e interage com os outros, inegavelmente. O fim último é apresentar um ponto de vista sobre o mundo e, o mais das vezes, mostrar o que sempre esteve presente naquilo para onde olhamos mas que nunca vimos. O documentário tem por função revelar-nos uma face do mundo em que vivemos. Acima de tudo, um documentário transmite-nos não a realidade (mesmo nos louváveis esforços em transmitir a realidade "tal qual") mas, essencialmente, o relacionamento que o documentarista estabeleceu com essa realidade."[5]

O acesso cada vez mais facilitado (embora estejamos ainda longe de uma situação ideal) aos meios de produção, incentiva interessantes registos que cumprem a função de estimular o diálogo sobre o nosso mundo. Com as novas tecnologias, o "ponto de vista" do documentarista permanece, mas as possibilidades

---

[5] **PENAFRIA,** Manuela. *O ponto de vista no filme documentário. In:* http://bocc.ubi.pt/index2.html

criativas de expressar sua visão sobre o que pretende abordar são infinitamente maiores, mesmo se comparadas com apenas uma, duas décadas passadas.

> "O documentário é um gênero cujo maior atributo é ser uma porta aberta para o mundo, para diferentes olhares sobre o mundo, para a reflexão sobre o mundo e é, para quem a eles se dedica, um espaço aberto para a experimentação e exploração criativa. O gênero documentário reinventa-se cada vez que é produzido um novo documentário. Trata-se de um filme onde a relação conteúdo-forma se encontra em permanente criação e recriação... ...Da evolução dos meios técnicos resulta a evolução do gênero no sentido de uma maior e diversificada produção. No entanto, o documentário permanece o mesmo pois já lhe é reconhecida uma identidade e estatuto próprios. Se com a anterior viragem tecnológica o documentário deixou de ser exclusivo do ecrã de cinema (35 mm) para passar para o ecrã da televisão (vídeo) agora com a nova viragem tecnológica o documentário surgirá noutro ecrã: o do computador."[6]

As possibilidades de discussão teórica sobre conceitos e fundamentos, bem como as suposições práticas sobre as inovações tecnológicas para o documentário são infinitas e de grande relevância de análise. Mas Eduardo Coutinho, considerado por muitos como o maior documentarista brasileiro, resume muito bem a melhor forma de abordar um documentário: "para mim só interessa o seguinte: tem um encontro, tem uma câmera, tem um lado, tem outro, e está acontecendo alguma coisa, isto é extraordinário, porque o resto é bobagem, o tema nem interessa."

---

[6] **PENAFRIA,** Manuela. *Perspectivas de desenvolvimento . In:* http://bocc.ubi.pt/index2.html

# 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO TEMA

## 4.1 PANÓPTICO

O panóptico é um projeto arquitetônico, idealizado pelo jurista Jeremy Bentham no século 18, para funcionar como uma prisão de vigilância perfeita. O princípio da construção era que as celas fossem dispostas de tal maneira que os prisioneiros estivessem intermitentemente expostos ao olhar do vigia, sem que pudessem enxergá-lo.

> "Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre, esta vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o exterior, uma para o interior, correspondendo as janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia...
> ...O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente...É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação...Do ponto de vista do guardião, é substituída por uma multiplicidade enumerável e controlável; do ponto de vista dos detentos, por uma solidão seqüestrada e olhada. Daí o efeito mais importante do panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação...
> ...O panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser-visto: no anel periférico, se é totalmente visto sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto...
> ...O panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder...Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar á aplicação, o doente à observância das receitas..."[7]

[7] **FOUCAULT,** Michel. *Vigia e Punir.* Petrópolis. 1987. P 166-167.

O conceito do panóptico é apresentado por Michel Foucault, pensador francês, como um dos suportes de formação de uma sociedade disciplinar. Essa vigilância intermitente e "invisível" substituiria o poder ostensivo do absolutismo monárquico, que era aplicado com alarde, tanto em sua pompa, quanto em sua violência, por um poder cada vez mais sem rosto.

A aplicação do panoptismo, segundo Foucault, como ferramenta disciplinar da sociedade, seria ampliado para ambientes fechados, ou como ele os denominava, de confinamento como: escolas, hospitais, manicômios, prisões, fábricas e quaisquer instituições sociais. A eficiência do panoptismo como instrumento disciplinar estava no, possível e imprevisível, exame do indivíduo por meio de uma vigilância insondável.

> "Em cada uma das suas aplicações, permite aperfeiçoar o exercício do poder. E isto de várias maneiras: porque pode reduzir o número dos que o exercem, ao mesmo tempo em que multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido. Porque permite intervir a cada momento e a pressão constante age antes mesmo que as faltas, os erros, os crimes sejam cometidos. Porque, nessas condições, sua força é nunca intervir, é se exercer espontaneamente e sem ruído, é construir um mecanismo de efeitos em cadeia. Porque sem outro instrumento físico que uma arquitetura e uma geometria, ele age diretamente sobre os indivíduos; *dá ao espírito poder sobre o espírito.*"[8]

Assim, com a expansão para vários setores da sociedade, "o panóptico pode então ser compreendido como um modelo universal de máquina disciplinar, um dispositivo fechado destinado a definir as relações de poder na vida cotidiana e a preservar as prerrogativas da lei e da ordem."[9] A concepção desta estrutura arquitetônica de Bentham e as analises de Foucault serão os parâmetros comparativo para o que neste projeto chamaremos de panóptico virtual. A idéia do

---

[8] **FOUCAULT,** Michel. *Vigia e Punir.* Petrópolis. 1987. P 170.
[9] **MACHADO,** Arlindo. *Máquina e Imaginário: O desafio das poéticas tecnológicas.* 2º ed. São Paulo. EdUSP. 1996. P.222

controle de pessoas subjugadas à uma estrutura de vigilância através de câmeras com um olhar eletrônico supostamente intermitente.

## 4.2. DIREITO À IMAGEM

Juridicamente, a proteção à imagem é uma preocupação recente. Enquanto a imagem só podia ser captada por meio do retrato pintado, desenhado ou esculpido, na maioria esmagadora dos casos havia permissão do retratado, não havendo muita margem para discussão. Essa autorização era necessária por uma questão prática: o indivíduo, para ser retratado, necessitava posar por horas, às vezes dias, para a realização da obra. Excluindo-se casos eventuais, o consentimento do retratado era implícito.

Com o surgimento da fotografia, esta realidade foi alterada de forma significativa: de repente, a reprodução da imagem que demandava um certo tempo e circunstância passa a ser captada em frações de segundos. A disposição em ceder a própria imagem passa a ser relativa, pois com a máquina fotográfica e depois com a câmera, o indivíduo podia ter sua imagem reproduzida sem necessariamente contribuir para isso. Iniciam-se assim, em meados do século 19, as primeiras discussões sobre o direito à própria imagem, mas só com o desenvolvimento tecnológico do século XX é que esse direito é debatido de forma mais acentuada.

No Brasil, este direito só começa a ser discutido de forma mais sistemática a partir da Constituição de 1988. Até então, o país entrava e saía de ditaduras, o que cerceava não só o direito à imagem, mas muitos outros direitos individuais.

Com a Constituição de 88, surgem correntes de discussão sobre os direitos do cidadão à captação e à reprodução de sua imagem. Assim, o direito à imagem passa a ser garantido como direito fundamental pela Constituição Federal do Brasil em seu Artigo 5º inciso X, *in verbis*: "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

> "A imagem é tutela enquanto desdobramento do direito à privacidade, que consiste-se, num sentido genérico e de modo a abarcar todas as esferas da vida íntima e privada, no conjunto de informações acerca do indivíduo que ele pode decidir manter sob seu exclusivo controle, ou comunicar, decidindo a quem, quando, onde e em que condições, sem isso poder ser legalmente sujeito."[10]

A partir daí aparecem os primeiros processos de indenização por uso indevido e/ou não autorizado da imagem. A jurisprudência existente sobre o tema é, em sua maioria, relativa a casos de veiculação da imagem no meio televisivo, em menor número tem-se casos de fotografias publicadas em impressos.

Especificamente sobre a captação de imagens por câmeras de segurança, em vias públicas e espaços privados, o direito à imagem ainda é pouco debatido. O monitoramento pelas câmeras é tratado como uma questão de segurança pública, passando à margem da discussão sobre até onde é legitimo e ético o Estado e as instituições privadas imporem ao cidadão a utilização deste sistema de vigilância.

---

[10] **PEREIRA,** J. Matos**,** *Direito de Informação,* Lisboa. Associação Portuguesa de Informática, edição do autor, 1980. Pg. 15

## 4.3. SEGURANÇA E PRIVACIDADE

Todos os dias, milhares de pessoas, em todo o mundo, deixam pegadas tecnológicas facilmente rasteadas. São dados bancários, cadastros em lojas, transações com cartão de crédito, dados pela internet, ligações de celulares e monitoramento por câmeras, uma verdadeira rede de informações mantida por órgãos governamentais e empresas privadas. (anexos 1 e 2)

A perspectiva de tantos instrumentos de controle poderia remeter a algum país de regime autoritário, mas esses meios têm sido desenvolvidos, legalizados e aplicados em Estados democráticos, tradicionais na defesa de direitos à liberdade e de direitos individuais. (anexos 3 e 4)

> "Num famoso escrito de 1890, o juiz da Suprema Corte Americana Louis Brandeis definiu a privacidade como o direito de ser deixado em paz. Significa que o cidadão tem o direito de ser protegido tanto das bisbilhotices e fuxicos dos vizinhos quanto da interferência do Estado. Segundo Brandeis, sem a garantia dessa proteção, todos os demais direitos civis ficariam vulneráveis... É o direito à privacidade que garante que uma pessoa não terá sua casa invadida pela polícia no meio da noite nem seu telefone grampeado ou suas cartas censuradas antes de chegar ao destino. Por essa razão, o respeito à privacidade é uma das linhas que definem a fronteira entre democracia e ditadura."[11]

A vigilância pelas câmeras é um caso particular nesta rede de dados, pois é a que mais se prolifera e a que menos parece causar incômodo aos cidadãos. Na discussão entre o uso das câmeras de segurança e o direito à privacidade, três fatores podem ajudar a entender o porquê da proliferação das câmeras em detrimento de questões relacionadas à privacidade do cidadão: legalidade, interesse do poder público e legitimação social.

---

[11] **LEPIANI,** Giancarlo. *Estão de Olho em Você.* Veja. 30/05/2001

### 4.3.1 LEGALIDADE DAS CÂMERAS DE SEGURANÇA

Juridicamente é permitido. Há controvérsias sobre a constitucionalidade do uso dessas câmeras em vias públicas (anexo 5), questionando-se os limites entre dois direitos fundamentais: segurança e privacidade. No entanto, embora haja algumas querelas jurídicas, os administradores públicos têm encontrado brechas legais para este tipo de monitoramento.

A doutrina jurídica[12] prevê que quando houver colisão de direitos fundamentais (segurança e privacidade), a questão será analisada sob o prisma dos princípios constitucionais fundamentais, entre os quais o da dignidade da pessoa humana, e da supremacia do interesse público sobre o particular.

É o caso da rua XV de Novembro em Curitiba, que tem instaladas 14 câmeras de segurança vigiando os transeuntes 24 horas por dia. Em um parecer solicitado pela Subseção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Curitiba e redigido pelo Advogado e Doutor em Direito do Estado, Fernando Knoerr, verifica-se a tendência jurídica em priorizar o direito à segurança pública frente aos demais direitos à dignidade, como é o direito à privacidade e à imagem.

> "Continuando o raciocínio para o caso em análise, tem-se que não é possível afirmar de modo apriorístico que a instalação de câmeras ao longo da rua XV de Novembro, ou a gravação de imagens de fatos ocorridos neste logradouro seja ofensiva principalmente ao direito à imagem. É o uso dos dados gravados, das imagens colhidas, que pode ou não se afigurar transgressor desse direito. Este uso, contudo, configurado dentro dos limites que lhe são traçados pelo próprio sistema constitucional de tutela dos direitos fundamentais, não se mostra ilícito, sendo até mesmo possível colher da experiência jurídica estrangeira exemplos de previsão constitucional em que a tutela da imagem e da intimidade cedem ante a tutela da ordem e da segurança pública."[13]

---

[12] **FARIAS,** Edimilson. *Colisão de Direitos.* Porto Alegre. Sérgio Antônio Fabris Editor. 1996

[13] **KNOERR,** Fernando. CT-SENGE-PR, n.º 154/00. P.29.

No Brasil, não existe nenhuma Lei que regulamente os procedimentos para arquivamento de registros de imagens captadas por câmeras de segurança. Não existe nenhuma restrição, desde que ela não seja usada para fins ilícitos. A única Lei Federal[14] sobre câmeras de segurança regulamenta apenas segurança eletrônica em instituições financeira, obrigando bancos a ter câmeras de CFTV.

### 4.3.2 INTERESSE DO PODER PÚBLICO

Politicamente é oportuno. A utilização deste tipo de vigilância tem demonstrado eficácia em muitas localidades em que é usada (anexos 6 e 7), sendo fartamente capitalizada no discurso político. Não há a discussão se simplesmente muda o foco da violência para outros locais não monitorados, ou se há alternativas para o combate à violência.

O fato é que este tipo de segurança dá ares de modernidade à administração, além de ser proporcionalmente mais barato instalar algumas câmeras ao invés de investir em treinamento de policiais para segurança ostensiva. Segundo Lars Harsen, diretor da Grabers, uma das maiores empresas de segurança no Brasil, "a vantagem da vigilância eletrônica é que ela custa menos do que manter um homem em turnos diários. A partir de R$ 1 mil é possível fazer uma instalação com sensores interligados a uma central de monitoramento, já o custo de um homem treinado varia em torno de R$ 5 a 6 mil por posto."[15]

[14] **Lei nº. 7.102 de 20/06/1983**. Alterado pelas Leis n.º 8.863 de 29/03/94 e n.º 9.017 de 30/03/95
[15] **KUJAWSKI,** Guilherme. *Se liga cidadão. In*: Carta Capital d. 147- 23/05/2001. P. 24

### 4.3.3 LEGITIMAÇÃO SOCIAL

Socialmente é aceitável. A insegurança gerada pela violência urbana é sem dúvida fator preponderante na legitimação da vigilância eletrônica pela sociedade. (anexo 8 e 9) A utilização de câmeras de circuito fechado (CFTV), já tradicionais em estabelecimentos comerciais, é cada vez mais comum em espaços residenciais. Condomínios, elevadores, garagens, parque das crianças e até piscinas são monitoradas por câmeras. (anexos 10, 11 e 12 )

A violência e o medo tem alimentado o mercado da segurança. Hoje facilmente se encontra sites na Internet oferecendo sistemas de monitoramento eletrônico de instalação simples e rápida. Há desde apelos à mães que "devem proteger" seus filhos à distância utilizando "babás eletrônicas", até sofisticadas centrais de monitoramento digitais para empresas que querem "policiar e proteger" funcionários e patrimônio.

Para os que não têm ou estão dispostos a pagar por consultores técnicos ou equipamentos mais sofisticados, em algumas cidades brasileiras, como São Paulo, pode-se adquirir câmeras contrabandeadas em bancas de camelôs. (anexo 13)

## 4.4 DA FICÇÃO À REALIDADE: A ONIPRESENÇA DO OLHAR ELETRÔNICO

No livro *1984*, de George Orwell, existe todo um sistema de reeducação e de repressão que se apóia principalmente no monitoramento dos indivíduos. Na ficção, as pessoas são controladas pelas "teletelas", aparelhos impossíveis de ser desligados, embutidos estrategicamente de forma a dominar todo o ambiente. Sua função era emitir e captar informações por meios de sons e imagens. *"Big Brother is watching you"* era o amável aviso para lembrar aos incautos do olhar onipresente e onisciente do Partido.

> "_Há um ditado do Partido que se refere ao controle do passado _ disse ele. _ Repete-o, por favor.
> _Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente controla o passado _repetiu Winston obediente.
> _Quem controla o presente controla o passado_ disse O'Brien sacudindo a cabeça devagar. _Na tua opinião, Winston, o passado tem existência real?
> De novo a sensação de impotência dominou Winston. Seus olhos contemplavam o mostrador. Não sabia qual a resposta salvadora; "sim" ou "não"? Nem ao menos sabia que resposta acreditava verdadeira.
> O'Brien sorriu levemente.
> _Não és metafísico, Winston. Até este momento, não havias considerado o que significa existência. Farei uma frase mais precisa. O passado existe concretamente, no espaço? Existe em alguma parte um mundo de objetos sólidos, onde o passado ainda acontece?
> _Não.
> _Então onde é que existe o passado, se é que existe?
> _Nos registros. Está escrito.
> _Nos registros. E em que mais?
> _Na memória. Na memória dos homens.
> _Na memória, Muito bem. Nós, o Partido, controlamos todos os registros, e controlamos todas as memórias. Nesse caso controlamos o passado, não é verdade?
> _Mas como podes impedir que a gente se lembre das coisas? _exclamou Winston, de novo se esquecendo do mostrador. _ É involuntário. Está fora do indivíduo. Como podes controlar a memória? Não controlaste a minha!
> Os modos de O'Brien tornaram-se ríspidos de novo. Passou a mão no mostrador.
> _Ao contrário _disse ele. Foste tu que não a controlaste. Por isso estás aqui. Estás aqui porque fracassaste em humildade, em disciplina. Não queres fazer o ato de submissão que é o preço da sanidade. Preferiste ser lunático, minoria de um. Só a mente disciplinada pode enxergar a realidade, Winston. Crês que a realidade é algo objetivo, externo, que existe de per si. Acreditas também que é evidente a natureza da realidade. Quando te iludes, e

> pensas enxergar algo, julgas que todo mundo vê a mesma coisa. Mas eu te digo, Winston, a realidade não é externa. A realidade só existe no espírito, e em nenhuma outra parte. Não na mente do indivíduo, que pode se enganar, e que logo perece. Só na mente do Partido, que é coletivo e imortal. O que quer que o Partido afirme que é verdade, é verdade. É impossível ver a realidade exceto pelos olhos do Partido. Esse o fato que deves reaprender, Winston". [16]

Sem exageros, ou melhor com todos esses exageros, poderia se dizer que 1984 é agora. O que presenciamos hoje não está assim tão longe da ficção, são programas sofisticados capazes de armazenar e de cruzar dados de milhões de pessoas, satélites que localizam pessoas por um implante de chips, câmeras que detectam mentirosos, só para exemplificar as últimas novidades. (anexos 14 e 15) É certo que não há o "Partido" de *1984*, mas as formas atuais e o investimento maciço em monitoramento e controle do indivíduo surpreenderiam até mesmo a mente criativa de Orwell. (anexo 16)

A onipresença do olhar eletrônico é uma realidade já banalizada. Poucos ainda estranham ou resistem ao "vigilante" incansável, com poder de zoom e memória inquestionável. Só para se ter uma idéia rasa sobre o olhar divino cristalizado: "os ingleses são vigiados 24 horas por dia por 2,5 milhões de câmeras"[17]. Calcula-se que em 2015 não haverá mais lugares secretos em Londres a não ser o refúgio das próprias residências. Em São Paulo há um milhão de câmeras de CFTV. Em Nova York, na Times Square são 200 câmeras cobrindo cada metro quadrado da praça. (anexo 17)

Na Inglaterra, rainha da vigilância por imagens, o sistema de segurança por câmeras foi o primeiro passo para que novos procedimentos fossem adotados em nome do sono tranqüilo dos ingleses. Em 2000, foi aprovada a "Regulation of

---

[16] **ORWELL,** George. *1984.* 16º ed. São Paulo, Nacional. 1983. P 230-231
[17] **BOAL,** Mark. *Eles vêem tudo.* In: http://playboy.abril.uol.com.br/reportagens/big_brother.html

Investigatory Powers (RIP)" que permite ao serviço secreto britânico interceptar todas as comunicações via celular e Internet de qualquer cidadão em nome da segurança pública, mesmo que seja apenas uma suspeita e o indivíduo não tenha sido ainda incriminado por nenhum ato ilícito. Ou seja, tem-se até a inversão do princípio no qual "todo mundo é inocente até se prove o contrário" para "todo mundo é suspeito, e todo suspeito é criminoso até se prove o contrário". (anexo 18)

A perda de privacidade vai além, a RIP prevê que caso o sujeito se negue a ceder, por exemplo, sua senha pessoal a pedido do governo pode pegar até dois anos de prisão. Qualquer inspiração nos ensinamentos do "Ministério do Amor" e "Ministério da Verdade" da obra do conterrâneo Orwell deve ser mera coincidência.

Saindo da ficção literária para a do cinema, inspiração também não falta aos americanos. Hollywood já possibilitou muitas sessões de pipoca com filmes como: "Inimigo do Estado" e "Minority Report". Mas nenhum deles abarca toda a obsessão atual por controle. (anexos 19 e 20)

Os americanos "instalaram a primeira câmera em via pública em 1966 na cidade de Hoboken em Nova Jersey. Em 2000 o mercado de vigilância nos EUA movimentou 18 bilhões de dólares."[18] Nada se comparado ao orçamento anual destinado ao novo departamento de segurança americano: 37 bilhões de dólares. Esta é a bagatela destina ao mamute burocrático de 170 mil funcionários, que reúne 22 órgãos federais, além de uma nova e toda-poderosa divisão de inteligência".[19] A IAO (*Information Awareness Office*) cujo símbolo_ o "olho que tudo vê" associado à onisciência divina_ tem como slogan: *Scientia est potentia* (conhecimento é poder).

---

[18] http://playboy.abril.uol.com.br/reportagens/big_brother2html

## 4.5 PANÓPTICO VIRTUAL

"Sorria, você está sendo filmado". Difícil não encontrar esta amável frase ou sua variável_ sorria você está sendo protegido_ em estabelecimentos comerciais e em vias públicas das grandes cidades. Dois fatores explicam o aviso: a determinação legal e o efeito que se pretende que a mensagem exerça sobre quem a lê.

Por lei, no local onde é instalado uma câmeras de segurança, é exigido a "publicidade", ou seja, a câmera até pode estar oculta, mas o aviso da existência dela deve ser visível. Já o segundo fator é um pouco mais complexo: supõe-se e espera-se que o aviso exerça nas pessoas uma coerção imaginária.

Com a mensagem espera-se que o indivíduo que acredite estar sendo filmando, automaticamente, se contenha em gestos e ações que possam ser tidas como reprováveis diante do olhar eletrônico, que tudo vê e tudo registra. O indivíduo "naturalmente" se controlando por não saber se está ou não sendo observado por alguém atrás da câmera. É o panóptico virtual.

O cidadão sob um poder coercitivo imaginário, a vigilância intermitente, o insondável controle, o provável escrutínio, o registro, a inquestionável prova diante de um delito, a iminente punição pela transgressão do estabelecido. A idéia de Foucault aprimorada e expandida pelos olhares eletrônicos disseminados em espaços públicos e privados. Já não é mais necessário o confinamento concreto. A tecnologia, por meio das câmeras, transformou a edificação panóptica, de Bentham, em um imenso cárcere eletrônico.

[19] Editorial. *De Uncle Sam a Big Brother. In:* O Estado de São Paulo. 21/11/2002

A comprovação dessa indução está na venda de câmeras falsas. Muitas empresas de equipamentos de CFTV têm em seus catálogos estas imitações, que são apenas a carcaça do equipamento sem o sistema eletrônico. Com R$ 25[20], um valor irrisório se comparado ao equipamento verdadeiro, pode-se comprar uma dessas falsificações que facilmente passam por originais. (anexo 21)

O engenho das câmeras falsas levanta outra questão: importa se alguém vigia? Os meios, os equipamentos de captação e de registro de imagens estão cada vez mais desenvolvidos, podem perfeitamente suportar um sistema de vigilância intermitente e eficaz. No entanto, tal qual o panóptico concreto de Bentham, não se sabe se a vigilância ocorre, a possibilidade dela é o verdadeiro poder de coerção.

> "No limite, a eficácia das redes de vigilância está menos na sua forma imediata como agente repressor do que nos efeitos de homogeneidade do campo escópico que elas produzem. É preciso que vivamos permanentemente sob a suspeita de estarmos sendo vigiados, numa atmosfera de paranóia artificialmente produzida, para que a ação transgressiva possa ser coibida antes mesmo de praticada, para que o efeito de coerção seja permanente, mesmo que na prática, a vigilância seja descontinua ou até mesmo inexistente."[21]

Gilles Deleuze,[22] ao analisar os instrumentos de sujeição da sociedade atual, afirma que as características das sociedades disciplinares de Foucault estão sendo substituídas pelo o que ele chama de sociedades de controle. Nestas sociedades, para se exercer o "poder" disciplinar não é mais necessário o confinamento. O controle é contínuo, a comunicação é constante, o indivíduo é uma senha, e o "poder" é exercido à céu aberto. "Face às formas próximas de um

---

[20] Orçamento **METRONIC Sistemas de Seguranças.** 11/03/03

[21] **MACHADO,** Arlindo. *Máquina e Imaginário: O desafio das poéticas tecnológicas.* 2º ed. São Paulo. EdUSP. 1996. P.224

[22] **DELEUZE,** Gilles. *Conversações*. 1º ed. São Paulo. Editora 34. 1992

controle incessante em meio aberto, é possível que os confinamentos mais duros nos pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente."[23]

Ao se analisar as câmeras de segurança tem-se a impressão de uma sociedade resultante da mescla entre disciplina e controle, segundo as definições de Foucault e Deleuze respectivamente. Por meio da tecnologia, foi possível transpor "o olho que tudo vê", antes enclausurado em prisões e manicômios, para a praça.

## 4.6 A RESISTÊNCIA: *"SOURIEZ VOUS ÊTES FILMÉS"*

Quem nunca presenciou indivíduos brincando na frente de monitores de TV deixados nas vitrines das lojas, captando imagens dos transeuntes? Ou ainda, no caso das CFTVs instaladas em prédios, não raro, as pessoas deixam de assistir os programas da grade de TV para se deliciar com as imagens captadas pelas câmeras de CFTV. Sintonizar a TV só para olhar os vizinhos entrando e saindo do elevador, andando pelos corredores, garagens, área de recreação, parquinho das crianças, ou qualquer local onde esteja instalada uma câmera.

O fascínio e o show deste cotidiano é tão perceptível que pacotes de programação de TVs a cabo destinados a condomínios fechados e com sistema de CFTV, geralmente, oferecem dois canais para que os moradores possam se divertir com as câmeras de segurança. Este interesse em observar o outro, aliado ao escrutínio constante das câmeras de segurança já rendeu curiosa audiência. Na

[23] **DELEUZE,** Gilles. *Conversações*. 1º ed. São Paulo. Editora 34. 1992. P 216

Inglaterra, uma fita pirata contendo imagens feitas pela policia vendeu mais de 80 mil cópias.[24]

Milhares de pessoas que têm em suas residências câmeras de segurança, dependendo do tipo de equipamento instalado e da freqüência em que está, podem estar sendo observadas e tendo suas imagens registradas por qualquer um que se disponha a espionar. (anexo 22)

Estes, são apenas dois exemplos de uma série de riscos apresentados por ONGs que combatem o uso indiscriminado de câmeras de segurança. Nesta luta, há as mais variadas estratégias de protesto, desde tradicionais abaixo-assinados até apresentações de encenações de peças em frente às câmeras de segurança. Os americanos e europeus são os mais preocupados com possíveis invasões de privacidade, mas há organizações espalhadas por todo o mundo, da Colômbia ao Japão. (anexo 23)

A arma principal de algumas dessas ONGs é o deboche. A mais recente ação contra a "obsessão descabida por medidas de segurança", foi adotada pela ONG *Privacy International*: patrocinar o *Stupid Security Awards,* prêmio destinado à "mais inútil, invasiva, estúpida e despropositada medida de segurança do mundo".[25] A *Privacy Internacional*[26] tem instituída outra competição já tradicional e difundida para mais outros 21 países: o *Big Brother Awards* relacionado especificamente à invasão de privacidade através de câmeras de segurança.

Simbolizado por uma cabeça sendo pisada por uma bota. O prêmio é uma referência à frase: "se você quer uma imagem do futuro, imagine uma bota

---

[24] http://playboy.abril.uol.com.br/reportagens/big_brother2html
[25] http://busca.terra.com.br/wired/cultura/03/02/17/cul_2html
[26] http://www.privacyinternational.org/index.html

prensando seu rosto para sempre", contida no livro *1984,* do escritor e jornalista inglês George Orwell.

Outra estratégia de divulgação e protesto, além do humor, proposta pelos combatentes é a vigilância dos que vigiam, ou seja, filmar as câmeras de segurança. Um protesto assim, foi realizado no final de 2002 no Canadá. Organizado por um professor de ciência política da Universidade de Toronto, a manifestação consistiu em filmar, nos mais diversos locais, as câmeras de segurança.[27] Embora as câmeras estivessem em locais público, portanto passíveis de serem filmadas, o protesto encontrou resistência dos seguranças dos locais filmados.

Discussões à parte sobre as táticas adotadas por estas organizações, fato é que o desenvolvimento tecnológico para segurança eletrônica possibilita uma série de invasões à privacidade do cidadão. Discutir os limites de aplicação dessas tecnologias, pelo Estado e pelas Instituições privadas, e suas interferências sociais é exercício salutar.

[27] http://busca.terra.com.br/wired/cultura/02/11/28/cul_1html

# 5. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO

## 5.1 VÍDEO DOCUMENTÁRIO

Uma frase do documentarista Geraldo Sarno, diretor do histórico filme VIRAMUNDO de 1965, ilustra o porquê da escolha pelo documentário para a realização prática do projeto: "o que o documentário documenta com veracidade é minha maneira de documentar". Por acreditar que a única "verdade", honesta e possível, sintetiza-se nesta frase, optou-se por um produto audiovisual que possibilitasse uma intervenção subjetiva mais flexiva: o documentário.

Os próprios objetivos e públicos do projeto induziam à esta escolha. Pareceu natural desenvolver um produto em que não houvesse padrões rígidos quanto a abordagem do assunto, tempo de sonoras, inserção de recursos audiovisuais e edição. Embora o cuidado jornalístico estivesse incluído na elaboração do projeto, optou-se pelo documentário por não trazer as âncoras da "objetividade e imparcialidade" atreladas às reportagens e produtos do telejornalismo.

O vídeo documentário *Panóptico virtual* é dividido em blocos*: Vigiar e Punir; Máquina e Imaginário e Da Prisão à Praça.* Essa divisão pretende tornar mais claro ao público os aspectos do tema abordado no vídeo: legal, prático e sociocultural. Esses três blocos formam a parte "real" do documentário: composto de sonoras e imagens. Não há off e nem trilha sonora.

Em *Vigiar e Punir* as entrevistas concentram-se no aspecto prático e legal do uso de câmeras de segurança. Para a introdução do bloco, usou-se, para ilustrar, uma foto da *Themis* (deusa da justiça) na sua versão vendada. Uma brincadeira com o título que é uma referência à obra de Michel Foucault e com a proposta das câmeras de segurança.

Em *Máquina e Imaginário* (título de um livro do Arlindo Machado), os entrevistados abordam a onipresença das câmeras e as relações que se estabelecem entre o olhar eletrônico e as pessoas. A coerção estabelecida pelas câmeras, mas também o fascínio que exerce sobre muitos que não resistem à lente. As imagens utilizadas no bloco, são do *Survillance Camera Players,* uma ONG que brinca com estas duas idéias ao apresentar "peças" diante das câmeras de segurança.

Em *Da Prisão à Praça* os quatro entrevistados falam sobre o *Panóptico Virtual* _ o olhar intermitente como forma de autocontrole idealizado para as prisões e hoje adaptado pela tecnologia e aplicado nas "praças".

Iniciando e finalizando o vídeo, há uma "ficção", uma brincadeira com a idéia da necessidade de segurança. A onipresença dessas câmeras que parecem supor que todos são suspeitos e/ou criminosos em potencial. A idéia do indivíduo submetido em um verdadeiro cárcere virtual, já que as câmeras estão em toda parte e não há como evitá-las.

Para caracterizar e diferenciar a parte da ficção da parte real do documentário, acrescentou-se às imagens do "personagem" tarjas pretas para simular uma tela 16X9, tradicional no cinema. Estas cenas foram gravadas em super VHS_ diferentemente das entrevistas captadas em mini-dv_ e por meio de efeito

técnico na edição deu-se um tom azulado às imagens para se falsear a definição de uma câmera de vigilância.

Na seqüência inicial da ficção há um off "jornalístico" com dados sobre câmeras de segurança. No final, há apenas uma música como trilha sonora. Acreditou-se que um off nestas cenas funcionaria como um ruído na mensagem pretendida.

A opção em não utilizar off na parte "real" foi por motivos inteiramente subjetivos:

- crer que acentuaria desnecessariamente o tom "didático" já conferido pela divisão em blocos;
- acreditar que as informações e conduções pretendidas já estão presentes nos: títulos e imagens escolhidas para compor as telas divisoras dos blocos, nas imagens que intercalam as sonoras e na edição;
- pareceu natural priorizar a imagem em detrimento de qualquer recurso sonoro (mesmo música de BG), já que o tema trata de câmeras que legalmente, salvo exceções, não podem captar áudio.

Ponderou-se que a exclusão desses recursos sonoros pudesse cansar o público, mas não faria sentido estabelecer interferências sonoras em um vídeo que aborda e prioriza a interferência visual, apenas para torná-lo mais "animado".

À exceção das telas que dividem os blocos, todas as outras imagens do vídeo são em PB, uma referência às câmeras de segurança, que têm em sua maioria, pelo custo e por questões técnicas, captação em PB.

As imagens utilizadas entre as sonoras foram capturadas da Internet. Este procedimento foi adotado devido à:

- possibilidade de se obter imagens de locais distantes, ambientes e situações variadas e reais;
- impossibilidade de filmar pelo sistema de CFTVs por falta de equipamento necessário;
- dificuldade de se conseguir autorização para filmar em locais de monitoramento e para conseguir concessão de imagens gravadas por estes locais.

## 5.2 PÚBLICO- ALVO

O vídeo documentário *Panóptipo Virtual* é destinado a:

- faculdades de Comunicação Social, Filosofia, Direito e Sociologia;
- congressos, mostras de vídeos, encontros de estudantes e atividades afins com temas voltados ao assunto abordado no vídeo documentário.

## 5.3 DISTRIBUIÇÃO

Para as instituições de ensino universitário, entidades educacionais e associações estudantis será encaminhado proposta de divulgação contendo objetivos do trabalho, sinopse do vídeo documentário e concessão de uso do

material para utilização em suas atividades e/ou eventos acadêmicos. Para tanto, caberá as instituições interessadas fornecer o número de fitas VHS necessárias para realização das cópias.

## 6. METODOLOGIA

A idéia inicial, de produzir um vídeo documentário sobre a presença de câmeras no cotidiano do cidadão, extrapolava as câmeras de segurança. Pretendia-se abordar a captação de imagens feitas à revelia da pessoa filmada em três campos: o jornalismo, por meio das reportagens investigativas com câmeras ocultas; o entretenimento, com as "pegadinhas" realizadas também com câmeras ocultas e as câmeras de segurança, que apesar de visíveis, captam e registram imagens sem que para isso precisem do consentimento do indivíduo filmado.

Ao se estabelecer o público, os objetivos e o roteiro primário do vídeo, percebeu-se que, embora pudessem ser traçados paralelos entre os campos propostos, seria melhor afunilar o tema, ou desenvolvê-lo em uma seqüência de três documentários sobre o "rapto" da imagem do cidadão. Decidiu-se pela primeira opção: o vídeo se restringiria a abordagem do uso de câmeras de segurança.

A escolha deste tema em detrimento dos demais, foi por se acreditar que os outros dois, em maior ou menor escala, foram ou são debatidos na mídia. Ponderou-se ainda que a legislação é mais explícita quanto aos direitos à imagem e à privacidade, no que diz respeito a utilização da imagem no telejornalismo e em programas de entretenimento. O mesmo não ocorre quanto às câmeras de

segurança, até porque o argumento de segurança é preponderante sobre as demais discussões que se pretenda.

Decidido o enfoque, iniciou-se a pesquisa sobre o tema em: revistas, jornais e sites da Internet. Paralelamente ao levantamento de informações, procurou-se profissionais que pudessem discorrer sobre os aspectos pretendidos. Chegou-se, assim, aos quatro entrevistados: um advogado, Doutor em Direito do Estado; um consultor de segurança, especialista em monitoramento eletrônico; um jornalista e uma socióloga, que trabalham com a questão da imagem na sociedade.

Pela impossibilidade de captar imagens através de câmeras de CFTV (câmeras de circuito fechado), utilizou-se imagens disponíveis na Internet captadas por câmeras de segurança instaladas em vias públicas e ambientes fechados. Além dessas imagens, foram capturadas da Internet fotos, que modificadas, foram utilizadas para composição das telas que dividem os blocos.

Com base no material produzido pela aluna e disponibilizado na Internet realizou-se a edição técnica do vídeo.

## 7. CRONOGRAMA

| **Meses** | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Pesquisa** | X | x | X | x | x | |
| **Entrevistas** | | | | | x | |
| **Edição** | | | | | | x |

## 8. CONCLUSÃO

A proposta deste projeto é contribuir para a reflexão sobre uma realidade que envolve questões e direitos fundamentais do cidadão: direito à segurança, à privacidade e à imagem. Incentivar a discussão sobre os limites do monitoramento eletrônico, e de que forma este tipo de controle é exercido é a pretensão deste trabalho.

Há sem dúvida um intrincado de fatores, relativos ao tema abordado, para ser analisado. Sabe-se que mas a onipresença das câmeras, no cotidiano do cidadão, extrapola a questão da segurança levantada no trabalho, no entanto, por uma questão de metodologia e tempo este projeto deteve-se apenas nos aspectos legais e práticos das câmeras de segurança.

A partir desses aspectos pode-se desdobrar uma série de outras discussões, todas interligadas, sobre a presença de câmeras na sociedade. O fascínio e a importância deste instrumento na construção da realidade é fato. Hoje já não se consegue conceber a ausência de imagens em áreas, só para citar as mais aparentes, da cultura, do entretenimento, da política, do conhecimento, da publicidade e do jornalismo.

Todas estas constatações, guardados os devidos exageros subjetivos, nos levam a crer em uma realidade pautada na imagem. No limite, é real aquilo que se pode captar e registrar como imagem, o resto são suposições, impressões e boatos. Como já foi dito, o desenvolvimento tecnológico de equipamentos para captar

imagens é surpreendente, gera várias possibilidades de criação e controle da realidade, o que fazer com tanto poder é papel da sociedade debater, delimitar e legitimar.

## 9. REFERÊNCIAS


**DELEUZE,** Gilles. *Conversações*. 1º ed. São Paulo. Editora 34. 1992

**Editorial.** *De Uncle Sam a Big Brother. In:* O Estado de São Paulo. 21/11/2002

**FARIAS,** Edimilson. *Colisão de Direitos.* Porto Alegre. Sérgio Antônio Fabris Editor. 1996

**FOUCAULT,** Michel. *Vigia e Punir.* Petrópolis. 1987.

**KNOERR,** Fernando. CT-SENGE-PR, n.º 154/00.

**KUJAWSKI,** Guilherme. *Se liga cidadão. In*: Carta Capital d. 147-23/05/2001.

**LEPIANI,** Giancarlo. *Estão de Olho em Você.* Veja. 30/05/2001

**Lei nº. 7.102 de 20/06/1983**. Alterado pelas Leis n.º 8.863 de 29/03/94 e n.º 9.017 de 30/03/95

**LIMA,** Caio. *Medo faz indústria crescer. In*: Gazeta do Povo. 03/10/2001.

**MACHADO,** Arlindo. *Máquina e Imaginário: O desafio das poéticas tecnológicas.* 2º ed. São Paulo. EdUSP. 1996.

**MACHADO,** Arlindo. *A televisão levada a sério.* 1º ed. SENAC. 2000.

**MORAES**, Andréa. *Câmeras provocam polêmica sobre a segurança e a privacidade. In*: Gazeta do Povo**.** 28/04/02.

**PENAFRIA**, Manuela. O filme documentário. História, Identidade, Tecnologia. Edições Cosmos. Lisboa. 1999.

**PENAFRIA,** Manuela. *O ponto de vista no filme documentário. In:* http://bocc.ubi.pt/index2.html

**PENAFRIA,** Manuela. *Perspectivas de desenvolvimento . In:* http://bocc.ubi.pt/index2.html

**PEREIRA,** J. Matos**,** *Direito de Informação,* Lisboa. Associação Portuguesa de Informática, edição do autor, 1980.

**ORWELL,** George. *1984.* 16º ed. São Paulo, Nacional. 1983.

http://playboy.abril.uol.com.br/reportagens/big_brother2html
http://busca.terra.com.br/wired/cultura/03/02/17/cul_2html
http://www.privacyinternational.org/index.html
http://www.jseg.net/especial63.htm
http://busca.terra.com.br/wired/cultura/02/11/28/cul_1html
http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1606200212htm
http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1606200213htm
http://veja.abril.com.br/271102/p_097html
http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2805200002htm
http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/noticia.phtml?id=111379
http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/noticia.phtml?id=156156
http://hotsparc.hotlink.com.br/fiquetranquilo/newstorm.notitia.apresentacao.
http://www.estado.estadao.com.br/colunistas/robson/2002/09/robson020919
http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/noticia.phtml?id=93101
http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/noticia.phtml?id=108858
http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/noticia.phtml?id=117435
http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u11395shtml
http://www.uol.com.br/inovacao/ultimas/ult762u36.shl
http://playboy.abril.uol.com.br/reportagens/big_brother.html
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020425_lucsamendes.shtml
http://www.estadao.com.br/tecnologia/colunas/sociedade/2000/ago/28/87
http://www.estadao.com.br/tecnologia/colunas/stanton/2000/dez/11/160.htm
http://www.estado.estadao.com.br/editoriais/2002/03/23/int021.html
http://www.estado.estadao.com.br/editoriais/2001/03/18/ html
http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2912200201htm
http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/noticia.phtml?id=114191
http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2002/04/16
http://www.privacyinternacional.org/index.html

**Anexo 1**

http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1606200212htm

UOL ASSINE BATE-PAPO BUSCA CENTRAL DO ASSINANTE DISCADOR E-MAIL ÍNDICE SHOPPING
OLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL

São Paulo, domingo, 16 de junho de 2002 FOLHA mundo

Envie esta notícia por e-mail para assinantes do UOL ou da Folha
clique aqui

Texto Anterior | Próximo Texto | Índice

# BIG BROTHER EUA

***Nunca a sociedade americana foi tão vigiada: milhares de câmeras monitoram os movimentos, e novas medidas cerceiam liberdades individuais***

**SÉRGIO DÁVILA**
DE NOVA YORK

★"Se você quer uma imagem do futuro, imagine uma bota prensando um rosto -para sempre." Trecho de "1984", de George Orwell (1903-1950)

Um turista estrangeiro que desembarque hoje em Nova York pode ter seu rosto fotografado e suas impressões digitais tomadas logo ao passar pela alfândega. Do caminho do aeroporto ao hotel, o táxi que pegou deixará traços de seu trajeto no pedágio eletrônico. Se preferir ir de metrô, o mesmo acontecerá com seu tíquete.

Guardadas as malas, poderá caminhar até o sul de Manhattan, para pegar a balsa para a Ilha da Liberdade, onde fica um dos principais monumentos turísticos da cidade. Não conseguirá caminhar nem dois quarteirões sem ser registrado por uma das 6.000 câmeras de segurança, públicas e privadas, espalhadas por Nova York.

Ao deixar a balsa e pisar na ilha que serve de suporte para a Estátua da Liberdade, terá seu rosto de novo fotografado e, enquanto visita as lojas de lembranças, um computador comandado pelo FBI (a polícia federal dos EUA) comparará seus traços com os de um banco de dados de terroristas.

De volta a seu quarto, a chance de a presença do turista no país ter sido registrada por algum banco de informações acessável por um dos órgãos federais de inteligência é de 95%, porcentagem que vai para 100% se ele tiver tirado dinheiro de caixa eletrônico.

O "privilégio" não é só dos estrangeiros. Uma americana de Denver, no Texas, que resolva fazer um aborto, permitido pela lei do Estado natal de George W. Bush, pode ter sua foto tirada ao entrar no hospital e colocada na internet, pelos militantes do site Abortioncams.com, que recebe 2 milhões de pessoas por mês.

Ou um casal de aposentados que esteja fazendo compras num shopping de Minneapolis terá suas reações frente aos produtos e ofertas devidamente registradas por circuitos eletrônicos espalhados pelo prédio e depois analisadas por um grupo de publicitários, psicólogos e analistas de mercado (leia texto nesta página).

Nunca a sociedade norte-americana foi tão vigiada eletronicamente quanto desde o ataque terrorista de 11 de setembro.

A cada semana, o Departamento da Justiça, comandado pelo ultraconservador John Ashcroft, aprova novas medidas que restringem ou ameaçam as liberdades individuais de uma maneira que só encontra

precedente na Segunda Guerra Mundial, segundo a cada vez mais atuante União Americana de Liberdades Civis.
Não por acaso, é daquela década a criação do "Big Brother". O termo vem de personagem do romance "1984", de George Orwell, obra de 1949 em que o britânico, desencantado com o socialismo sob Stálin, critica as sociedades totalitárias. No livro, o governo da fictícia Oceania é dominado por uma elite tecnológica cujo líder é o "Grande Irmão".
"Aquela ficção é a nossa triste realidade", disse à Folha Bill Brown, presidente da ONG Atores da Câmera de Vigilância, que mapeia as câmeras de segurança espalhadas por Nova York. O ativista organiza um disputado passeio, que aponta para as pessoas a localização exata das câmeras na cercania da sede da ONU (Organização das Nações Unidas).
Com ele concorda Nadine Strossen, presidente da respeitada União Americana das Liberdades Civis: "Em vez de ver onde foi cometido o erro em 11 de setembro e então corrigi-lo, o governo vem dando cada vez mais poder ao FBI e à CIA, as mesmas agências que o cometeram".
Para a ONG, quanto mais o governo federal autoriza seus órgãos e agências a vigiar, mais a sociedade civil se sente no direito de ou impelida a imitar, num círculo vicioso aparentemente sem fim.
Nem todo o mundo está reclamando, no entanto. Segundo pesquisa divulgada nesta semana pelo Gallup, 8 em cada 10 norte-americanos estão dispostos a abrir mão de suas liberdades individuais em troca de mais garantias de segurança na chamada "guerra contra o terrorismo".
Amparado pelo apoio popular e pelo presidente Bush, John Ashcroft não dá sinal de cansaço. "Estamos em guerra, e essas medidas são medidas de tempo de guerra", disse o secretário da Justiça em entrevista.

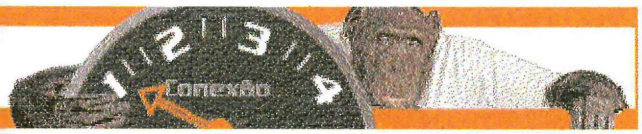
Texto Anterior: Frases
Próximo Texto: Loja filma todas as reações dos consumidores
Índice

UOL ASSINE BATE-PAPO BUSCA CENTRAL DO ASSINANTE DISCADOR E-MAIL ÍNDICE SHOPPING
pyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Agência Folha.

**Anexo 2**

http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1606200213htm

UOL ASSINE BATE-PAPO BUSCA CENTRAL DO ASSINANTE DISCADOR E-MAIL ÍNDICE SHOPPING
OLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL

Acelerador UOL  Acelerad UOL

São Paulo, domingo, 16 de junho de 2002 FOLHA mundo

Envie esta notícia por e-mail para assinantes do UOL ou da Folha clique aqui

Texto Anterior | Próximo Texto | Índice

# Loja filma todas as reações dos consumidores

DE NOVA YORK

Há não muitos anos, publicitários americanos perceberam o óbvio: todo mundo mente em pesquisas, seja de opinião, seja de mercado. Para tentar resolver o problema pelo menos em relação às últimas, Tina Wilcox surgiu um dia com uma idéia.
E se a loja inteira virasse um daqueles aquários em que, atrás de um vidro opaco, pessoas observassem os consumidores e suas reações enquanto estes testassem produtos e fizessem comentários? OK, responderam os proprietários da Once Famous, em Minneapolis (Estado de Minnesota).
Em poucas semanas, a loja de departamentos inteira recebeu centenas de câmeras de circuito interno de TV, microfones ultra-sensíveis e uma central de última geração onde se concentram os monitores. Deu certo. Como ratos num laboratório gigante, consumidores são filmados em ação nos detalhes. Tudo é levado em conta. Quanto tempo uma pessoa ficou parada diante de um produto. Qual cartaz de ofertas foi mais observado. Quem riu. Quem fez cara feia. Qual preço despertou comentários.

**"Reação pura"**
Na seção de perfumes, cataloga-se qual perfume foi cheirado, e que reação despertou. Na de roupas, qual permanece intocada o dia inteiro. O único lugar sem vigilância de qualquer tipo são os provadores, por motivos óbvios.
Wilcox, 46, é a executiva-chefe da Fame, subsidiária da multinacional de publicidade Omnicom Group Inc. Entre seus clientes estão as lojas Target, os recipientes Tupperware e as pilhas Energizer. Ela cobra US$ 15 mil para colocar um produto na Once Famous por dois dias. Dependendo, a conta total pode sair por US$ 100 mil.
"O pesquisado tende a dar a resposta que ele acha que o pesquisador quer ouvir", disse Wilcox. "Aqui não, a reação é a mais pura possível." Pode ser, mas há quem ache que a iniciativa invade a privacidade dos clientes ao "esquecer" de avisar que eles estão sendo filmados e serão objeto de análise posterior.
A resposta de Wilcox é um discretíssimo cartaz colocado logo ao se passar a entrada principal da loja: "Este lugar está sendo filmado para testes; se isso o incomoda, volte quando este aviso não estiver aqui". Detalhe: o aviso está quase sempre lá.
Além disso, segundo as leis do Estado, os proprietários de um estabelecimento podem filmar e gravar onde e quando quiserem, desde que fiquem longe dos provadores. **(SD)**

Texto Anterior: Big Brother EUA
Próximo Texto: Americano comanda ONG contra vigilância
Índice

**Anexo 3**

http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1606200213htm

n cima da hora
asil
undo
nheiro
otidiano
porte
strada
formática
ência
ducação
aleria
anchetes
peciais
ramos
NAIS
manaque
nbiente
n Ação
uilíbrio
lhaNews
lhinha Online
vest
ia da Folha
óscopo
ops!
nsata
napse
rismo
RVIÇOS
cidade é sua
quivos Folha
nking
assificados
e com a gente
lha Online Móvel
haShop
cerias
pas
bre o site
mpo
RNAIS E REVISTAS
lha de S.Paulo
vista da Folha
ora SP
Negócios

10/11/2002 - 14h12

# Europa quer monitorar celulares e troca de e-mails

**GUSTAVO POLONI**
free-lance para a **Folha**, de Londres

Até o final do ano, o governo da União Européia deve votar uma proposta de lei bastante polêmica. A idéia é fazer com que os países-membros do Mercado Comum Europeu armazenem todo e qualquer tipo de comunicação pessoal de seus cidadãos por pelo menos um ano. Pelo projeto, as empresas de telecomunicações, incluindo operadoras de telefonia móvel e provedores de acesso à internet, serão obrigadas a guardar os números de telefone e endereços de e-mail trocados pelos europeus.

O objetivo da proposta é ajudar serviços de inteligência e polícia a combater crimes e terrorismo. Mas o anúncio provocou ampla discussão na Europa sobre privacidade e, principalmente, sobre o controle cada vez maior do governo sobre a vida das pessoas.

Os provedores de internet da Inglaterra já mostraram que não têm simpatia pela proposta. Eles afirmaram que não vão armazenar os dados pelo período de pelo menos 12 meses proposto por uma lei aprovada às pressas pelo governo inglês após os atentados terroristas nos Estados Unidos.

"É uma invasão dos direitos individuais garantidos pela Convenção Européia", reclama Tony Bunyan, editor da Statewatch, uma ONG que monitora ameaças à privacidade e às liberdades civis na União Européia. Por telefone, ele conversou com a Folha sobre a proposta.

**Folha - Qual sua avaliação do projeto de lei da União Européia?**
**Tony Bunyan -** É uma grave agressão ao direitos garantidos pela Convenção Européia dos Direitos Individuais. Mais e mais pessoas terão acesso a informações pessoais por motivos diferentes e, muitas vezes, escusos. E as informações poderão ser usadas, no futuro, por motivos políticos ou por causa de interesses pessoais.

**Folha - Como os governos pretendem fazer tais mudanças?**
**Bunyan -** Serão criadas leis para armazenar dados por um período que pode variar entre 12 e 24 meses. Esses dados estarão disponíveis para todos os países da União Européia para investigações criminais. Autoridades de um país-membro poderão requisitar acesso a dados para o governo de outro país.

**Folha - Quando a proposta de lei será votada?**
**Bunyan -** Isso ainda não está certo. Os países-membros da União Européia estão discutindo o texto final do projeto. Mas o mais provável é que uma proposta formal deva ser apresentada neste mês ou até o final do ano.

**Folha - A que tipo de informações os governos teriam acesso? Eles poderão ler e-mails e ouvir conversas telefônicas?**

folhash
**Loterias On-lin**
Megasena Acumula
em R$ 7.000.000,0
**Videokê**
Descontos de até 3
em cartuchos.
**Saraiva.com.br**
Volta às aulas: até
s/juros no cartão
**Meta**
A Escola nº.1 em
Concursos Públicos
**Flores Online**
Diga Feliz 2004 com
desconto de até 15
**Star Computer**
Computadores em
promoção.
**Manager Onlin**
7 dias gratuitos! Cad
seu currículo.
**Flores Online**
Diga Feliz 2004 com
desconto de até 15
**Marisa**
Fique na moda com
novidades da Maris
**Empregos.com**
Mais de 80.000 vag
Cadastre-se grátis
CURSOS ON-LIN
**Englishtown**
**Deutsche Well**

**Bunyan -** A proposta só envolve os dados de tráfego, como os números de telefone chamados, os e-mails enviados e os sites visitados. Mas haveria outra proposta de lei para permitir o acesso ao conteúdo também.

**Folha - Quem teria acesso aos dados e em quais circunstâncias?**
**Bunyan -** A princípio, apenas autoridades, para a condução de investigações.

**Folha - Então, por exemplo, uma mulher que desconfiasse do marido não poderia ter acesso aos e-mails dele?**
**Bunyan -** Teoricamente, não. Mas isso depende muito das condições do armazenamento e da segurança dos dados. Já aconteceram casos de quebra de segurança no passado, e os dados foram acessados por pessoas não-autorizadas. Ficamos até surpresos que o texto considerado pelo governo da União Européia não fale de segurança da informação.

**Folha - A justificativa para o projeto é que os dados seriam usados para combater o terrorismo e outros crimes. Isso não é razoável?**
**Bunyan -** As agências de inteligência já têm todos as ferramentas para combater esses crimes. Se um serviço de espionagem suspeitar de um grupo ou indivíduo envolvido com terrorismo, basta ir até a Justiça e conseguir uma liminar para poder ter acesso a todos os serviços de vigilância, assim como o armazenamento dessas informações. Em relação ao racismo e à pedofilia, as agências podem solicitar a retenção dos dados dos visitantes de tais sites e até tomar medidas legais contra os idealizadores das páginas.

**Folha - De quem seria o trabalho de armazenar os dados?**
**Bunyan -** A princípio, das empresas de comunicação, como provedores de acesso e companhias telefônicas. Isso significa um custo adicional, que pode vir a ser repassado para os cidadãos.

**Folha - Os sistemas de vigilância são bastante comuns em empresas. O que o senhor acha deles?**
**Bunyan -** São uma forma injustificável de invasão de privacidade.

**Folha - O Reino Unido, onde as pessoas são vigiadas por um sistema de câmeras chamado CCTV, é um dos países que mais defendem a proposta. O senhor acha que a sua privacidade foi invadida?**
**Bunyan -** Ah, sim. Em algumas situações. Afinal, são pelo menos milhões de câmeras em todo o Reino Unido filmando os cidadãos 24 horas por dia.

**Leia também:**

- Europa quer monitorar troca de e-mails
- Rede paralela defende anonimato
- Saiba a resguardar sigilo na internet

**DESTAQUES**

**2004:** Setor de TI deve receber nova onda de investimento

**Reino Unido:** Pedófilo é proibido de acessar a web por 5 anos

**Diversão:** Novo videogame ajuda usuário a ganhar músculos

**Windows:** EUA pedem mudança em recurso de e-commerce

Comunicar erros

Enviar por e-mail

Imprimir

Grupos de discussão

Copyright Folha Online. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha Online.

**Anexo 4**

http://txt.estado.com.br/editoriais/2001/03/18/cad320.html

Domingo, 18 de março de 2001 CADERNO 2 O ESTADO DE S. PAULO

# AMEAÇAS À NOSSA VIDA PRIVADA

Novas tecnologias transformam em banal a espionagem dos indivíduos

Anthony P. Bolante/Reuters
Bill Gates, da Microsoft: programa introduzido no Windows rastreia os softwares do computador e repassa esses dados à empresa

**JEAN-SÉBASTIEN STEHLL**
**L'Express**

Em junho do ano passado, alguns pais descobriram com espanto que seus filhos estavam sendo vigiados enquanto jogavam o Coelho Malvado, CD-ROM educativo lançado pela Mattel, a criadora da boneca Barbie. Oculto no software, o programa Broadcast registrava como a criança utilizava o videogame e enviava furtivamente os dados para o servidor da Mattel, enquanto o computador estava conectado com a Net. A empresa dispunha, assim, de um cadastro, constantemente atualizado, com dados a respeito de milhares de famílias. Isso durou até o momento em que o processo foi descoberto e provocou um vibrante protesto de pais norte-americanos indignados. Os responsáveis pela Mattel tentaram explicar que o único objetivo desse sistema era o de enviar às famílias softwares atualizados dos jogos. Mas a Mattel acabou retirando o "espião".

Na França, em abril, os alunos da Costa Azul escaparam de outro projeto "orwelliano": em Nice, a direção do Colégio Jean-Rostand decidiu controlar o acesso à cantina com a ajuda de um sistema de reconhecimento das impresões digitais. Um sensor táctil deveria ser instalado à entrada do refeitório e todos os alunos semi-internos teriam sido identificados através de suas impressões digitais, registradas previamente no computador do colégio: isso permitiria descobrir e punir os caloteiros e os desordeiros. Consultados, os pais, os alunos e o pessoal de serviço deram seu consentimento a essa medida. Foi necessária a intervenção da Comissão Nacional de Informática e das Liberdades (CNIL), que advertiu os responsáveis da escola, ordenando-lhes que renunciassem a essa idéia genial.

As novas tecnologias transformam numa coisa banal a espionagem dos indivíduos em todos os campos da vida cotidiana. Cada vez mais vaporosas e indistintas, as fronteiras da vida particular parecem encolher-se mais a cada dia com a invasão dos computadores, dos telefones portáteis, das câmeras de vigilância, dos cartões eletrônicos, que registram cada um de nossos gestos e deslocamentos.

"É preciso render-se à evidência: a vida privada não existe mais", garante Scott McNealy, presidente executivo da Sun Microsystems, um dos gigantes da informática. Vivemos agora numa casa de vidro, em liberdade vigiada, sob controle permanente desses "objetos comunicantes", dos quais não podemos mais prescindir. Daí o grito de alarme lançado pelo economista Jeremy Rifkin no livro que acaba de publicar, L'Âge de l'Acess, na tradução francesa. O Parlamento francês deverá analisar esse assunto nos próximos meses.

**Cartão bancário** - Trata-se de um mecanismo perigoso, acionado mais ou menos clandestinamente: ao aceitar as vantagens e comodidades das novas tecnologias, renunciamos implicitamente a uma parte de nossa "soberania" e de nossa intimidade. Em troca das facilidades de pagamento pelo cartão bancário, nós nos resignamos a aceitar que nossas passagens pelos restaurantes, pelos hotéis, pelos supermercados ou pelos pedágios sejam registradas e gravadas. Algumas operadoras só oferecem e-mails gratuitos depois do envio de um questionário detalhado sobre nossos gostos e nossos hábitos. Ao permitir a instalação de sistemas de segurança em nossos imóveis, com câmeras de vigilância destinadas a nos proteger dos ladrões, abrimos ao mesmo tempo a porta à tentação da espionagem. E isso é apenas o começo.

Em breve, o novo Wap padrão, que acopla os telefones portáteis à Internet, vai permitir que um comerciante lhes envie mensagens quando vocês passarem diante de

anterior
- O enterro vip de um governador que amava o povo

próxima
- Murilo e Williams, dois poetas modernos

- índice de notícias
- Caderno 2
- capa Estado

sua loja. Gravadores, chamados "inteligentes", estão prestes a surgir no mercado: eles permitirão registrar até 30 horas de emissões de TV, eliminando os anúncios publicitários e compondo programas personalizados. Os objetos mais triviais estão sendo equipados com capacidades de espionagem: o refrigerador Screenfridge, desenvolvido pela Electrolux, guarda na memória a lista dos produtos alimentícios nele contidos e avisa quando vai faltar leite ou doce de frutas.

Estaremos condenados a viver numa sociedade transparente? A vida privada será dissolvida na tecnologia? Nossos pequenos assuntos apaixonam os comerciantes e administrações públicas. No mundo inteiro, a pretexto de lutar contra a pirataria e a delinqüência, governos aprovam legislações liberticidas e colocam as redes sob controle, com sistemas de escuta cada vez mais sofisticados. Na França, a lei votada pela Assembléia Nacional no dia 28 de junho marca o fim do anonimato na Internet e obriga os fornecedores de acesso a conservar os dados de conexão de todas as pessoas inscritas - hora e número de chamada, duração da conexão -, impondo aos anfitriões a obrigação de identificar os autores das páginas da Web armazenadas em seus servidores.

Na Grã-Bretanha, no início de julho, o governo trabalhista promulgou uma lei que autoriza a polícia a ler os e-mails. Nos EUA, o FBI reconheceu recentemente a existência de um sistema chamado Carnívoro, que faz uma triagem das mensagens trocadas através da rede e intercepta automaticamente todas as que contenham algumas palavras-chave, como bomba ou droga. Processo semelhante foi aplicado em nível internacional pela secretíssima National Security Agency, a agência nacional de segurança norte-americana.

Durante muito tempo, o debate sobre a vida privada girou em torno do medo de um Estado totalitário onipresente, como o do famoso romance 1984, de George Orwell. Hoje, a ameaça contra as liberdades individuais não vem somente do governo, mas também do supermercado, da livraria online ou dos serviços de marketing das empresas. "Quando foi insituída a lei de informática e das liberdades ,em 1978, nós só precisávamos controlar alguns bancos de dados sensíveis, criados pela administração, mas hoje o que mais nos preocupa é a explosão dos fichários e arquivos privados", explica Joel Boyer, secretário-geral da CNIL. Encarregada da vigilância dos dados nominativos, a comissão recebe diariamente mais de 250 declarações de fichários novos, enquanto os registros de sites na Internet tiveram um aumento de 175% no ano pasado.

**Obsessão** - "A nova economia está inteiramente fundada sobre o acúmulo e intercâmbio de informações pessoais: é um movimento sem precedentes na história", observa Jeffrey Rosen, professor de Direito na Universidade George Washington e autor do livro The Unwanted Gaze (O Olhar Indesejado). A Internet e os "objetos comunicantes" permitem contactar diretamente os indivíduos em suas casas ou nos seus locais de trabalho, a fim de lhes propor serviços e produtos adaptados ao seu perfil. A relação direta com o cliente, o que se chama one to one, tornou-se a obsessão dos publicitários e dos especialistas de marketing, que procuram acumular o máximo de dados pessoais dos consumidores, a fim de conhecer antecipadamente suas necessidades.

Roberto Steinberger/Divulgação
Cena da prova 'O Banquete', do programa 'No Limite', da Globo: voyeurismo consentido

A arma fatal dessa caça ao cliente na Internet é o cookie (biscoito, em inglês), enviado pelo site ao qual a pessoa está conectada: esse cadastro ou fichário registra todos os seus deslocamentos na rede. Facilita, assim, o acesso a certas páginas, mas permite sobretudo que os publicitários adaptem suas mensagens ao comportamento de cada internauta. Aquele que consulta um site consagrado aos animais domésticos, verá em sua tela faixas apregoando as vantagens de produtos veterinários, enquanto outra pessoa, que busca informações turísticas sobre o Brasil, verá uma promoção de discos de samba.

É mais ou menos como se, numa rodovia, os outdoors fossem mudando à passagem de cada motorista. A princípio, os cookies são anônimos. Não indicam quem está por trás do computador. Mas é possível cruzar a informação recolhida com os fichários pessoais, como os das empresas de venda por mala postal, para identificar claramente o internauta. Foi o que a Double Click, maior agência de publicidade online do mundo, tentou fazer secretamente, em novembro de 1999, depois de adquirir a Abacus Direct, empresa de marketing com nome, endereço e hábitos de consumo de 90 milhões de famílias americanas.

As técnicas para espionar os internautas estão sendo aperfeiçoadas e refinadas sem cessar. Uma nova geração de cookies surgiu recentemente na rede: parecidos com o "espião" instalado pela Mattel em seu "coelho", eles não estão apenas encarregados de gravar os comportamentos dos usuários, mas também de retransmitir furtivamente os dados através da rede. São chamados programas E.Ts., como os extraterrestres do filme de Steven Spielberg, porque não cessam de se comunicar com a casa-matriz, a partir do momento em que são instalados no disco rígido de seu computador doméstico.

A Microsoft também introduziu em seu sistema Windows um programa batizado de Registration Wizard, que permite aos usuários gravar online, a fim de se beneficiarem da garantia, mas que faz também, automaticamente, o inventário de todos os softwares instalados no computador, até eventuais programas pirateados, e transmite essas informações ao servidor da Microsoft. A Intel, que fabrica a maioria dos microprocessadores, gravou também em seu modelo Pentium III um número de matrícula que permite identificar todos os computadores a distância, o que evidentemente facilita traçar a pista dos usuários. Todas as vezes, a descoberta desses processos provocou uma onda de indignação e a Double Click, a Microsoft e a Intel, como a Mattel, foram obrigadas a voltar atrás.

Mas, por quanto tempo? Na Europa, os governos se encarregaram em primeiro lugar de proteger e controlar a utilização dos dados pessoais, enquanto, do outro lado do Atlântico, o Estado federal deixa essa responsabilidade a cargo das empresas e do mercado. Todos os países da União Européia criaram leis chamadas de informática e liberdades, com base na legislação aprovada na França em 1978, que garante aos cidadãos o direito de verificar e retificar as informações referentes a eles coletadas pelo Estado.

Portanto, teoricamente, uma empresa não pode ceder um fichário sem que todas as pessoas nele contidas tenham dado seu consentimento prévio. Mas, em geral, essa obrigação se reduz a algumas linhas em caracteres minúsculos que ninguém se dá o trabalho de ler, colocadas ao pé dos formulários de inscrição.

**Arquivos policiais** - Qualquer criação de um fichário de nomes deveria, a princípio, ser submetida à aprovação da CNIL, mas, na realidade, grande parte desses fichários não possui nenhuma existência legal: apenas metade dos operadores da Internet se submete a essa regra, que aliás deverá desaparecer em breve. A França deverá efetivamente adaptar às orientações européias de 1995 a sua legislação, que precisará modificar principalmente o estatuto da CNIL. A comissão terá poderes maiores e seu papel não será apenas consultivo, mas terá também a missão de controle a posteriori, de acordo com o modelo do CSA (Conselho Superior do Audiovisual) ou do Tribunal de Contas. A reforma, a ser discutida no Parlamento ainda este ano no âmbito da futura lei sobre a sociedade da informação, prevê que apenas os fichários mais sensíveis (arquivos policiais, cadastros fiscais, listas eleitorais) precisarão de autorização, enquanto todos os outros só estarão sujeitos a uma simples declaração.

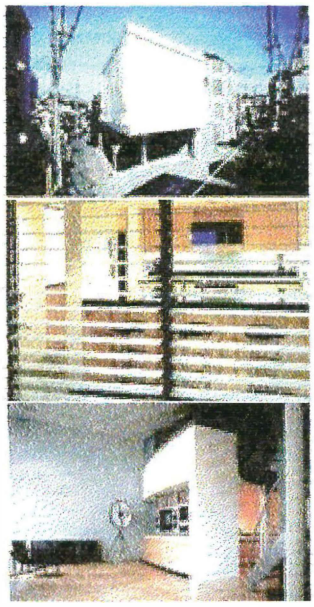
Os norte-americanos defendem um sistema de contrato moral e de auto-regulamentação. As empresas são encorajadas pelo governo a aderir a normas de "boa conduta", definidas pelos profissionais. Mas esse sistema tem sérias limitações. Assim, o servidor audiovisual Real Networks, acusado recentemente de traçar perfis individuais dos internautas em função de suas escolhas musicais, encabeçou seu site com a etiqueta Trustee, que supostamente deveria garantir a proteção dos dados privados.

Embora, nos dois lados do Atlântico, alguns grupos de ativistas se insurjam contra essa tendência à espionagem generalizada, a maioria da população parece resignada a acomodar-se. Prova disso é o sucesso mundial dos programas de televisão voyeuristas, nos quais alguns grupos de pessoas desconhecidas concordam em viver durante semanas fechados sob o olhar das câmeras, como o Big Brother, programa lançado pela rede holandesa Veronica.

O Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) organizou recentemente uma exposição chamada The Un-Private House (A casa não-privada), na qual 26 arquitetos apresentaram seus projetos de casas abertas aos olhares alheios.

"Durante 400 anos, presenciamos uma progressão da intimidade e, pela primeira vez, o fenômeno se inverte", diz Terence Riley, responsável pela mostra.

**Uso indevido** - Todas as informações coletadas e conservadas hoje sem que o saibamos podem ser utilizadas fora de seu contexto. Quem me garante que uma troça ou uma reflexão inócua lançada num



Reproduções
Casas não-privadas, expostas recentemente no MoMA: projetos de 26 residências abertas aos olhares alheios

fórum de discussão ou enviada por e-mail não será interpretada fora de seu contexto alguns anos mais tarde e utilizada contra mim numa questão de divórcio ou por um futuro empregador? O respeitadíssimo decano da Divinity School de Harvard teve nesse ponto uma amarga experiência: em 1998, foi obrigado a pedir demissão quando alguns empregados da universidade enviados para consertar o computador instalado em sua residência constataram que ele consultava sites pornográficos em casa. Uma empregada de Montbéliard foi também demitida no inverno passado porque se correspondia com uma amiga utilizando o sistema de mensagens da empresa.

Informações outrora muito difíceis de se obter encontram-se agora ao alcance de um simples "clique" de mouse na Internet. Assim, numerosas decisões judiciais publicadas pelos tribunais tornaram-se acessíveis online, por meio dos bancos de dados jurídicos utilizados pelos advogados que compilam milhares de casos de jurisprudência, nos quais os nomes dos réus e das pessoas intimadas a comparecer são às vezes citados com todas as letras, quer se trate de assuntos criminais ou de simples brigas entre vizinhos.

Nos EUA, onde praticamente todas as administrações estão conectadas com a Internet, o acesso aos registros de estado civil, de impostos ou de concessão de carteiras de motorista está ao alcance de qualquer amador bem informado. A empresa Harris Digital Publishing oferece, por U$S 25, um software, chamado Net Detective, destinado a espionar outras pessoas levando o usuário aos arquivos do Seguro Social, do FBI, das instituições de crédito ou do arquivo judiciário. "Tudo aquilo que vocês sempre quiseram saber a respeito de seus amigos, de seus vizinhos, de seus empregados ou mesmo de seu patrão", promete a propaganda.

Basta pensar nas conseqüências possíveis do uso fraudulento de certos arquivos e cadastros sensíveis, ainda fora do alcance dos mortais comuns, para ter motivos de preocupação. Como, por exemplo, o arquivo utilizado pela polícia francesa - o chamado Sistema de Tratamento das Infrações Constatadas (Stic). O Stic conserva os documentos relativos aos inquéritos judiciais - desde crimes até simples contravenções penais - e registra atualmente cerca de 5 milhões de processos e 6 milhões de infrações, com o nome das pessoas envolvidas e também os nomes das vítimas e das simples testemunhas.

Lançado em 1994 a título experimental por Charles Pasqua e apresentado como "o instrumento indispensável para a modernização da polícia", este arquivo extremamente controvertido acabou ganhando o sinal verde da CNIL em 1998.

Mas a comissão proibiu sua utilização nos casos de inquéritos sobre a moralidade de pessoas que pedem, por exemplo, o consentimento da Direção Departamental da Ação Sanitária e Social para uma adoção ou solicitam a condecoração da Legião de Honra. Mas o Stic continua a provocar a indignação dos defensores da vida privada. Num parecer de 17 de junho, o Conselho Nacional dos Advogados (que representa os advogados franceses) qualifica o Stic de "verdadeiro fichário de suspeitos" cujo funcionamento "está em contradição com as regras do direito relativas ao arquivo judiciário, à reabilitação e à anistia".

Sem falar dos dados médicos. O cadastro nacional automatizado dos traços genéticos foi implantado no dia 19 de maio. A memória policial, bem como a das administrações e das empresas, não cessa de enriquecer-se e não conhece mais a amnésia. "São criados cadastros sem se colocar jamais a questão de saber por quanto tempo: é um problema muito inquietante", explica Joel Boyer. "Não existe nenhuma legislação fixando um prazo para a conservação das informações pessoais, enquanto as capacidades de armazenamento dos computadores não cessam de aumentar."

Nessa questão, todos fazem um pouco o que querem. A Itineris (empresa de cartão telefônico) conserva, por exemplo, os extratos das conexões de seus telefones portáteis durante um ano, mas esta duração imposta pelo Estado à filial da France Télécom na época do monopólio, não é respeitada nem pela Bouygues Telecom nem pela SFR. "Seria preciso instituir uma espécie de "direito ao esquecimento" informático,

fixando prazos de conservação dos cadastros bem precisos e do conhecimento de todos", propõe Boyer. Mas essa medida supõe que se possa verificar a destruição efetiva dos dados quando expirar o prazo de prescrição. E isso parece muito difícil, ou mesmo impossível.

Mais do que a multiplicação dos arquivos e cadastros, o que mais ameaça nossas vidas privadas são sobretudo as múltiplas possibilidades de cruzamento, de análise e de verificação das informações oferecidas pela informática. Desde 1978, os dados das grandes administrações francesas são submetidos a supervisão e isolados uns dos outros, a fim de controlar sua confidencialidade. Em 1983, a CNIL obrigou a Educação Nacional a criar um número especial para a administração de seu pessoal, o chamado Numen, e exigiu que a administração fiscal fizesse o mesmo.

Mas essas barreiras se tornaram ilusórias com a utilização do NIR (número de Inscrição no Registro, ou cadastro de pessoas físicas), que permite cruzar diversos cadastros para reunir informações sobre um mesmo indivíduo: essa inscrição, que não é outra senão o número do Seguro Social, é dada a cada criança logo que nasce pelo Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (Insee) e é composta por uma série de números correspondentes ao sexo, à data e ao lugar de nascimento.

Criado durante a Ocupação pelo regime de Vichy, que havia previsto códigos especiais para os judeus e os estrangeiros com estatuto especial, esse cadastro constitui hoje a base do estado civil, apesar da desconfiança que continua suscitando. Os pied-noirs (franceses nascidos na Argélia), considerando como infamante o código 99 que até então era atribuído a eles, bem como a todas as pessoas nascidas no exterior, recentemente conseguiram que esse código fosse substituído por um número de caráter metropolitano (91, 92 ou 93). Desde 1978, o uso do NIR na administração é severamente regulamentado, está sujeito à autorização do Conselho de Estado e limitado, a princípio à verificação do estado civil.

Mas sua utilização não cessa de estender-se: à administração dos dados sociais, como a RMI (renda mínima de insersão), ao tratamento do salário, e, ultimamente, à caça dos fraudadores do fisco. Num artigo da lei de finanças de 1999, o Parlamento autorizou efetivamente, pela primeira vez, a adminsitração fiscal a utilizar o NIR para cotejar as declarações dos contibuintes com as informações recolhidas nos cadastros dos bancos, nos fichários dos empregadores ou no arquivo da União para a Recuperação das Cotizações de Seguro Social e de Alocações Familiares.

O Parlamento Europeu examinou recentemente um projeto de "carta de motorista" européia que teria combinado, num "cartão eletrônico infalsificável, a data de concessão da carta, mas também dados judiciários (multas, suspensões eventuais), sanitários (número do Seguro Social, grupo sanguíneo e outros dados médicos em caso de acidente), além de um "porta-moedas", ou carteira eletrônica, para adquirir combustível. Mas o projeto ficou provisoriamente arquivado.

Era uma idéia prática. "Mas quando nos apresentarmos ao guichê que tem acesso a todos os nossos fichários, a quem devemos nos dirigir: a um agente do fisco, a um agente social ou a um policial?", pergunta a jurista Louise Cadoux. Será ainda possível defender-se contra a invasão dominante de nosso espaço pessoal? "Existem duas maneiras de lutar", acredita Jeffrey Rosen: "A tecnologia e a política." Estamos começando a surgir programas matadores de cookies, que permitem esconder nossas pegadas eletrônicas na rede; os anti-spam, que eliminam de nossas caixas postais mensagens indesejáveis; e sistemas que permitem surfar incógnitos na Web, além de software de criptografia de dados, teoricamente invioláveis, que embaralham as comunicações.

Proibidos durante muito tempo na França, onde eram considerados mateiral estratégico, estes últimos recursos tecnológicos foram autorizados em janeiro de 1999 pelo governo até certo limite (128 bits), a fim de garantir as transações bancárias na Internet, e favorecer o comércio eletrônico. O primeiro-ministro Lionel Jospin prometeu liberalizar totalmente esse setor com a futura lei sobre a sociedade da informação. Com uma reserva: a polícia possui as chaves da maior parte dos programas autorizados.

Assistimos a uma nova "corrida armamentista" entre organismos privados e públicos, cada vez mais curiosos, e consumidores dominados pela paranóia, que investem em técnicas de proteção cada vez mais sofisticadas. "Uma coisa é certa: alguns poucos felizardos, melhor instruídos e mais espertos, estarão em condições de defender sua vida privada", afirma Margaret-Jane Stanford, especialista norte-americana em questões de propriedade . Já existe uma expressão para designar os ricos e os pobre nesse campo: o "fosso numérico".

**Direitos do homem** - O outro meio para fazer recuar o Big Brother é mais clássico: a mobilização dos cidadãos. Os norte-americanos não possuem leis de preteção dos dados pessoais, como ocorre na Europa, mas eles lutam nesse campo por meio de associações e grupos de pressão, que conseguiram dobrar alguns gigantes, como a Microsoft , a Double Click e a Intel. A Comissão das Liberdades, do Parlamento Europeu, pretende incluir na lista dos direitos do homem o direito à vida privada. Se o princípio fosse realmente aplicado, as informações contidas nos cadastros e arquivos das empresas deveriam continuar sendo propriedade exclusiva de cada indivíduo e não poderiam, portanto, ser cedidas a terceiros. "Um direito de propriedade pode ser vendido", explica Margaret-Jane Radin, mas os direitos do homem não podem jamais ser objeto de transações." O homem do século 21, obrigatoriametne cibernauta, tem aindaum longo combate pela frente.

(Tradução de José dos Santos)

imprimir enviar comentário

| a magia do cinema | arte digital | agrícola | assine já | astral | autos | banco de talentos | bossa nova | casa & família | classificados | clube do assinante | colunistas | editoriais | english | espaço aberto | especiais | estadinho | expediente | fale conosco | feminino | fórum de debates | fórum de discussões | fórum dos leitores | guia caderno 2 | história do grupo oesp | índice de notícias | informática | loterias | manual de redação | mapa do site | o melhor de calvin | pesquisa | previsão do tempo | são paulo reclama | suplementos | telejornal | viagem |

*Copyright © 2003 O Estado de S. Paulo. Todos os direitos reservados*

**Anexo 5**

http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2805200002htm

UOL ASSINE BATE-PAPO BUSCA CENTRAL DO ASSINANTE DISCADOR E-MAIL ÍNDICE SHOPPING
OLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL

Ace Acelerador UOL Ace

São Paulo, domingo, 28 de maio de 2000 FOLHA mais!

Envie esta notícia por e-mail para assinantes do UOL ou da Folha clique aqui

Texto Anterior | Próximo Texto | Índice

## + 3 questões Sobre câmeras ocultas

**1. As câmeras ocultas não violariam o direito do cidadão à privacidade?**
**2. Não há o risco de essa prática se estender a todos os locais?**
**3. Essa tecnologia não poderia também ser usada pelo crime organizado?**

**Evandro Lins e Silva** responde

1.
Há, por enquanto, um projeto da Secretaria de Segurança Pública do Rio que pretende instalar câmeras ocultas nos morros da cidade. Mas a autoridade só poderá executar após a necessária licença ou autorização judicial, pois a medida, à primeira vista, atenta contra o artigo 5º, inciso décimo, da Constituição, que considera "invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação". Além disso, o Código Penal, no artigo 151, parágrafo 1º, inciso quarto, pune com a pena de um a seis meses de detenção, ou multa, "quem instala ou utiliza estação ou aparelho radioelétrico, sem observância de disposição legal".
É farta a legislação que defende a sociedade dos abusos eventualmente cometidos na utilização dos aparelhos radioelétricos, tal como o faz a lei nº 4.117, de 4 de agosto de 1962 (Imprensa e Comunicação), cujo artigo 58 manda punir "os crimes de violação de telecomunicações" nela previstos e no referido artigo 151 do Código Penal, estabelecendo pena mais severa, de "um a dois anos de detenção ou perda do cargo ou emprego, apurada a responsabilidade em processo regular, iniciado com o afastamento imediato do acusado até decisão final". E essa lei é mais rigorosa quando o agente do crime for "autoridade responsável por violação de telecomunicação", que terá "as penas previstas na legislação em vigor aplicadas em dobro".
Não é provável que a secretaria referida obtenha assentimento para a sua pretensão. Se o fizer clandestinamente, como se pode inferir da ocultação das câmeras radioelétricas, arrisca-se a infringir as normas penais citadas e a sofrer as sanções nelas previstas.

2.
Estamos no terreno das hipóteses, mas é claro que tal prática poderia estender-se a outros locais. Quem faz um cesto pode fazer um cento, como diz a sabedoria popular.

3.
Quanto ao uso dessa tecnologia também pelo crime organizado, o autor ou autores estarão sujeitos às mesmas penas já apontadas anteriormente.
Finalmente, para amenizar estas observações sobre textos legais, lembrei-me de um livro magnífico de George Orwell, "1984", em que o "Grande Irmão", ditador de um país imaginário, de tal maneira quis dominar o seu povo que inventou os métodos mais extravagantes para subjugar e impor a todos os seus "irmãos" menores uma obediência servil

ao seu comando autoritário.
A idéia agora adotou meios tecnológicos atuais e quer aperfeiçoar a repressão com a invasão da privacidade dos infelizes moradores dos morros. Espero que a hipótese não passe de um mau pensamento, até porque para o método aventado já há legislação que o proíbe.

**Fernando Gabeira** responde 1.
Uma decisão desse tipo, no meu entender, deveria ser precedida de uma grande discussão pública sobre a mudança de paradigma no sistema de policiamento. É necessário saber o que se pensa sobre esse tipo de vigilância eletrônica, se a população o aceita e, sobretudo, quais os limites que deveriam ser fixados em caso de aceitação. Acho que o Estado não tem condições de definir isso sozinho, pois é matéria constitucional, portanto de competência do Congresso.
De minha parte, aceitaria uma vigilância eletrônica sobre lugares públicos, tais como túneis e aeroportos, onde é preciso reforçar a segurança de forma eficaz. No entanto, ao determinarmos que as câmeras vão estar nos morros, criamos uma situação nova, pois é a observação do cotidiano da pessoa, na sua casa e no seu quintal.
Se aprovarmos uma decisão dessas, estaremos criando grandes desigualdades em termos de direito a uma vida privada. Os ricos e a classe média vivem em casas muradas e edifícios protegidos por sua própria vigilância eletrônica, voltada para se defenderem do exterior. Os pobres seriam vasculhados no espaço doméstico interior, para a proteção do mundo exterior. A posição das câmeras será um novo e espetacular sintoma das diferenças sociais no Brasil. Estarão sempre voltadas para os pobres: nas áreas ricas, vasculhando as ruas por onde ainda podem passar; nas pobres, vasculhando o interior de suas casas e quintais, para evitar seus "crimes potenciais".

2.
Como afirmei na pergunta anterior, não há risco de estender a todos os locais. Os ricos e poderosos saberão afirmar sua privacidade; os pobres serão devassados. Aliás, é isso o que acontece hoje no cotidiano da mídia brasileira. Quando um milionário é acusado de algo, os jornalistas se concentram no portão de suas casas e obtêm, no máximo, uma entrevista com o caseiro, por meio do interfone. Quando se trata de pobres, a polícia e as câmeras invadem os barracos sem nenhuma cerimônia. Quando se fala de drogas num programa de TV, há imagens da vida cotidiana no morro, sem nenhuma preocupação de preservar a imagem do transeunte que nada tem a ver com esse comércio.

3.
O fato de criminosos usarem esse sistema é de outra natureza. Os criminosos, por opção, podem transformar qualquer instrumento tecnológico a seu favor -gravadores, telefones celulares, câmeras, fuzis de repetição, lança-bombas e a própria informática. O Estado necessita trilhar outro caminho, uma vez que suas decisões passam por debates políticos morais em busca de um consenso ou mesmo de maiorias que o legitimem.

## QUEM SÃO

**Evandro Lins e Silva**
É advogado criminalista, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e das Relações Exteriores (governo João Goulart). Ocupa a cadeira número um da Academia Brasileira de Letras.

**Fernando Gabeira**
É deputado federal pelo Partido Verde, jornalista e autor de "O Que É Isso, Companheiro?" (Companhia das Letras) e "Diário da Crise" (Editora Rocco), entre outros livros.

Texto Anterior: Os dez +
Próximo Texto: Evaldo Cabral de Mello: Nas fronteiras do paladar

**Anexo 6**

http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/noticia.phtml?id=111379

Qual o serviço
ais barato para
sua ligação?

DITORIAS
raná
lítica
asil
onomia
oortes
inião
ndo
derno G
lunistas
zetilha
:ografia
is Lidas
ADERNOS
rão Light
tomóveis
:udante
nstrução e
:oração
N
eito e Justiça
zetinha
stronomia
ormática
rismo
ral
nsumidor
mais
ssificados
er Bem
SPECIAIS
ritiba 310 anos

SÁBADO, 02 de março de 2002

PARANÁ

**Segurança**-Comparativo entre 2000 e 2001 revela queda em todos os tipos de ocorrência no calçadão

# Câmeras ajudam a reduzir violência

Sistema de monitoramento por vídeo na Rua XV reduz à metade número de roubos na área

Depois de um ano e quatro meses de implantação do sistema de monitoramento por vídeo na Rua XV de Novembro, a Polícia Militar registrou uma queda de 24,3% no total de ocorrências relativas à violência. Em alguns casos, porém, a redução é muito maior, como nos roubos, que caíram 46,15% no período de um ano. Foram 65 casos no ano 2000 e 35 em 2001.

O principal problema na rua eram os furtos simples, que tiveram uma queda de 18,8%. Em 2000, antes da adoção do sistema, foram 228 casos, contra 185 no ano passado. Os furtos qualificados passaram de 19 para 15 no período. Lesões corporais tiveram uma redução de 70%, passando de 30 para 9. Provocação de tumulto e conduta inconveniente passaram de 29 para 13, uma queda de 55%. As 58 abordagens de suspeitos de 2000 caíram para 30 em 2001.

Ao longo de todo o trecho da Rua XV - entre as praças Osório e Santos Andrade - foram instaladas 14 câmeras de monitoramento para coibir a ação dos marginais. O comandante do 12º Batalhão da Polícia Militar, major Esaú Borges de Sampaio, explica que a Rua XV de Novembro é um dos principais pontos de atenção da PM em função do grande movimento. Estima-se que, diariamente, passam por ali cerca de 100 mil pessoas.

"As câmeras nos dão os indicativos, o que facilita o trabalho de prevenção", explica o comandante. Outro equipamento que está sendo utilizado para reforçar a segurança na região são as plataformas distribuídas ao longo do trecho. Cada plataforma tem 70 centímetros de altura e permite aos PMs uma visualização ampla da região.

O monitoramento na Central de Operações, localizada na Praça Osório, é feito por policiais militares. As situações suspeitas são repassadas, por rádio, ao efetivo que está fazendo o policiamento ostensivo. Todo o material é gravado em fitas VHS, mas somente a equipe operacional é quem tem acesso. "Nada é divulgado, é apenas para o uso policial", comenta Sampaio. A divulgação das imagens só é possível mediante ordem judicial.

Segundo o secretário de Defesa Social de Curitiba, Sanderson Diotalevi, já existem projetos para implantar o sistema de monitoramento nos terminais de ônibus da cidade. Estão sendo realizadas pesquisas nos 21 terminais existentes para definir quais os locais prioritários.

O objetivo, segundo Diotalevi, é instalar as câmeras em pelo menos cinco terminais até o final deste ano. "Vamos levar em consideração os pontos de maior movimento e também os que apresentam altos índices de ocorrências", diz.

**Danielle Blaskievicz**

voltar | imprimir | enviar | comentar matéria

© 2004 Rede Paranaense de Comunicação. Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução do conteúdo desta página,
em meio de comunicação eletrônico ou impresso,
sem prévia autorização escrita da RPC.

**Anexo 7**

http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/noticia.phtml?id=156156

Qual o serviço
ais barato para
a sua ligação?

EDITORIAS
iraná
olítica
asil
onomia
portes
pinião
undo
aderno G
olunistas
azetilha
tografia
ais Lidas
CADERNOS
rão Light
tomóveis
tudante
nstrução e
coração
N
reito e Justiça
azetinha
stronomia
ormática
rismo
ral
nsumidor
imais
ssificados
ver Bem
ESPECIAIS
ritiba 310 anos

QUARTA-FEIRA, 13 de novembro de 2002

PARANÁ

SEGURANÇA

# Roubos na Rua XV diminuíram 50%

O sistema de vigilância através de câmeras de vídeo da Rua XV de Novembro tem servido para inibir ataques aos pedestres, mas não diminuiu os crimes contra o patrimônio público. Segundo dados do Sistema Integrado de Controle de Ocorrências Policiais (Siscop) da Polícia Militar, o número de roubos no calçadão no primeiro semestre deste ano caiu 50% em relação ao mesmo período do ano passado. O índice de furto simples também teve uma queda de 48%. Por outro lado, de janeiro a junho desde ano foram registrados 12 ocorrências de danos ao patrimônio público contra apenas quatro nos seis primeiros meses de 2001. Um crescimento de 66%.

Na avaliação do secretário de Defesa Social de Curitiba, coronel Sânderson Diotalevi, isso não quer dizer que a quantidade de crime aumentou. Segundo ele, as câmeras ajudaram a identificar os infratores, por isso os registros cresceram. Para ele, o projeto -- que instalou 14 câmera de vídeo na região –, é um sucesso. Os equipamentos vigiam cerca de 1,2 mil metros da Rua XV, entre as praças Santos Andrade e Osório.

A Prefeitura de Curitiba já estuda a idéia de estender o projeto aos terminais de ônibus já no próximo ano. O grande empecilho seria financeiro. Para manter o sistema, o gasto mensal médio é de R$ 160 mil, considerando o salário de aproximadamente 200 pessoas e a manutenção das câmeras.

"Vale a pena e compensa", diz Sânderson. O secretário avalia que o êxito do sistema se deve a integração entre os poderes públicos municipal e estadual, além do processo de resgate social que o projeto viabiliza. Fora a Guarda Municipal e as Polícias Civil e Militar, as Secretarias de Meio Ambiente, Urbanismo, Cultura, Esporte e Lazer, Ação Social e Obras Públicas trabalham como parceiras.

Como exemplo desta integração, ele cita a pintura de prédios no Largo da Ordem por 34 pichadores presos durante o mês de outubro pela Polícia Civil, em outras regiões da cidade. "A polícia se encarregou de prender e as secretarias de Cultura e Obras vão coordenar o trabalho de pintura. Não é só prender, buscamos a qualidade de vida contínua e permanente e isso só se consegue com ações de cidadania."

**Aniela Almeida**

voltar | imprimir | enviar | comentar matéria

© 2004 Rede Paranaense de Comunicação. Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução do conteúdo desta página,
em meio de comunicação eletrônico ou impresso,
sem prévia autorização escrita da RPC.

**Anexo 8**

http://hotsparc.hotlink.com.br/fiquetranquilo/newstorm.notitia.apresentacao.

**SOBRE SEGURANÇA / ARQUIVO** por Carlos Camargo

ARQUIVO
**Veja outros textos publicados na seção**

NEWSLETTER
**Receba dicas do FiqueTranquilo.com no seu e-mail**

ESPECIALISTAS
**Tire dúvidas sobre segurança com nossos especialistas.**

# Câmeras de vigilância nas ruas contra o crime

*Medida é polêmica mas pode ser eficaz no combate à violência*

Em meados de 1995, estive em Londres participando de reuniões na sede da Scotland Yard e tive a oportunidade de acompanhar o esquema de segurança no Estádio de Wembley, durante uma partida de futebol entre as seleções do Brasil e Inglaterra. Do posto de comando, um policial recebia imagens das estações do metrô e das ruas de acesso ao estádio, fornecendo à central informações úteis à rápida tomada de decisões.

Devido à sua eficácia como instrumento de combate ao crime, os Circuitos Fechados de Televisão - CFTV, são amplamente empregados em todo o mundo, nas ruas e praças, nas estações ferroviárias e metroviárias, aeroportos, lojas, bares etc., seja por governos, seja por particulares.

A Inglaterra é o país que mais utiliza esse sistema. Lá existem mais de 2,5 milhões de câmeras em funcionamento, espalhadas por toda parte. Só em Londres, existem cerca de 150 mil delas.

Naquele país, os diversos circuitos que monitoram locais públicos são operados por policiais ou funcionários, e os particulares, colocados em bares, lojas etc. são operados por agentes privados, mas todos têm sido empregados tanto na prevenção como na solução de crimes.

**Resultados**
São extremamente úteis, seja pelo seu poder de dissuasão, desencorajando o delinqüente; seja pela capacidade de fornecer informações visuais que permitem à polícia deslocar patrulhas com mais objetividade; seja ainda fornecendo imagens que permitam identificar autores de delitos. De acordo com estatísticas oficiais, 75% da população inglesa aprova o uso de câmeras e sente-se mais protegida com uso delas.

**No Brasil**
No Estado de São Paulo, a instalação de CFTV nos estádios de futebol praticamente eliminou a violência das torcidas organizadas. E temos visto sua eficácia ser comprovada através de circuitos instalados em condomínios, prédios de escritórios, indústrias etc.

Várias cidades brasileiras estão seguindo o exemplo dos ingleses e já apresentam resultados interessantes. A pequena Mutuca, em São Paulo, conseguiu reduzir a criminalidade a quase zero. Algumas capitais, como Recife e Curitiba, também têm projetos semelhantes, por exemplo de colocar câmeras nos centros comerciais das cidades.

**Ética e privacidade**
O conceito de seu emprego, contudo, deve ser eticamente limitado à proteção de pessoas, patrimônios ou atividades, fornecendo imagens do que acontece em seu ângulo de cobertura. Muito longe,

O fato é que o avanço tecnológico tem aproximado cada vez mais os custo dos equipamentos com recursos mais sofisticados (câmeras coloridas, com alta resolução, lentes com auto-íris para ambientes externos, gravadores digitais etc.) daqueles mais limitados. E esse desenvolvimento da tecnologia também propiciou a redução nos custos desses equipamentos de forma que a maioria dos negócios, sejam de qualquer porte, e residências/condomínios possam adquirir e instalar esses equipamentos.

**Requisitos para um sistema eficiente**

Lembramos que como todo e qualquer sistema de segurança, os sistemas de CFTV dependem fundamentalmente da disciplina e controle sobre o seu funcionamento e manutenção. Este aspecto é tão importante quanto o projeto de instalação do sistemas.

Deverão sem mantidos procedimentos básicos de operações e armazenamento das imagens gravadas que garantam a disponibilidade das mesmas nas ocasiões em que for necessário sua recuperação. Esses procedimentos e normas deverão ser previstos no projeto original do sistema, que necessariamente deve ser feito por uma empresa especializada e com a estrutura adequada para dar todo o apoio e monitoramento necessários.

*Nelson Correia é o gerente-geral da Nordeste Segurança-BA*

Marque uma visita da Nordeste Segurança Eletrônica para definir o sistema de segurança mais adequado, seja para sua casa ou seu negócio.

topo
página anterior

imprimir | enviar para um amigo | comentar |

Home - Quem somos - Pergunte ao especialista - Imprensa - Contato - Newsletter

**Anexo 9**

http://www.estado.estadao.com.br/colunistas/robson/2002/09/robson020919

estadao.com.br

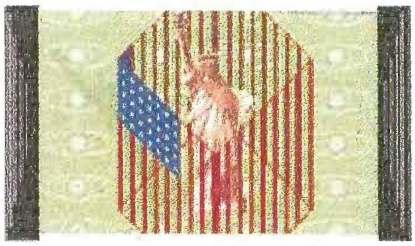
TRANSFORME SEU POTENCIAL EM REALIDADE
UNIP UNIVERSIDADE PAULISTA
PROCESSO SELETIVO - Inscrições Abertas



Quinta-feira, 19 de setembro de 2002 CADERNO 2 O ESTADO DE S. PAULO

# Traumatizados, americanos abrem mão da privacidade

Pela segurança, muitos não se importam de ser 'bisbilhotados' por agências do governo



ArtEstado/Cido Gonçalves

**ROBSON PEREIRA**

Por essa, nem George W. Bush esperava. Os americanos estão dispostos a abrir mão de conquistas importantes no campo dos direitos civis em troca de maior segurança. Uma pesquisa realizada na semana passada pela Harris Interactive (www.harrisinteractive.com), com margem de erro de apenas dois pontos, para cima ou para baixo, revela que a maioria dos entrevistados não se importaria em ter o governo, o FBI e outras agências governamentais "bisbilhotando" suas vidas.

De acordo com a pesquisa, 60% dos americanos já admitem até mesmo a implantação de uma carteira nacional de identidade, equivalente ao nosso RG.

A idéia, que jamais despertaria nenhum tipo de polêmica entre os brasileiros, sempre foi considerada um tabu pelo americanos, que nem sequer admitiam discutir a questão.

Na primeira ocasião em que incluiu o tema em uma de suas pesquisas, em 12 de setembro do ano passado, a Harris apurou que 68% dos americanos aprovariam a adoção do documento, proposta que rapidamente ganhou adeptos no Congresso em meio às dezenas de medidas anunciadas para reforçar a segurança. Por incrível que pareça, coube ao próprio Bush suspender o debate, por entender que uma carteira de identidade contrariava "os ideais americanos".

Além da cédula de identidade, 58% dos entrevistados não se oporiam caso a polícia decidisse instalar câmeras de vídeo em ruas e outros locais públicos. Outro dado que surpreendeu os pesquisadores foi o índice de 42% de aprovação ao monitoramento pelo FBI de salas de bate-papo e fóruns de discussão na internet, considerado alto, quando comparado aos resultados de anos anteriores.

Quanto à interceptação de mensagens eletrônicas, via e-mail ou telefone celular, um em cada três americanos ouvidos admitiram claramente tais possibilidades, mesmo alertados pela pesquisa de que todas as citadas acima poderiam afetar as liberdades civis.

A explicação para a mudança radical no comportamento da população americana parece vir de uma outra pesquisa, também da Harris Interactive, divulgada por ocasião do primeiro aniversário dos ataques em Nova York e em Washington: 59% dos entrevistados consideram que os Estados Unidos estão em guerra, enquanto 84% acreditam fortemente que Osama Bin Laden está vivo.

Fim da linha para internet por energia elétrica Durou pouco mais de um ano os planos da empresa alemã RWE de fornecer acesso à internet utilizando a rede elétrica. A idéia era, no mínimo sedutora:

bastava ligar o computador na tomada e navegar à vontade, sem necessidade de um telefone ou de dispositivos sem fios. No final deste mês, o serviço será desativado na Alemanha, conforme um confuso comunicado da RWE (www.rwe-powerline.de), que

chega a relacionar os eventos de 11 de setembro do ano passado como um dos motivos para a interrupção do serviço.

O sistema foi apresentado com um certo estardalhaço numa feira de tecnologia em Hanoover, Alemanha, em março do ano passado e em julho entrou em operação comercial. Chegou a ser testado em Curitiba e em Belo Horizonte e tudo parecia ir bem com o projeto.

Nas fase de teste, foi possível conexões até 40 vezes mais rápidas em comparação com linhas discadas. Mas o preço dos equipamentos necessários (principalmente o modem específico) parece não ter animado os usuários. A empresa esperava atender um mínimo de 120 mil usuários até o final deste ano, mas a carteira de clientes jamais ultrapassou a barreira dos 2 mil.

Legislação confusa pune games na Grécia Uma lei aprovada no final de julho pelo Parlamento grego está provocando polêmicas dentro e fora do país. A intenção do governo, ao que tudo indica, era coibir as apostas em cybercafés e o uso de máquinas do tipo videopôquer.

Mas o texto aprovado acabou colocando no mesmo saco computadores e softwares pessoais, punindo com prisão e multa a instalação e o uso de jogos eletrônicos não apenas em locais públicos, mas também no ambiente doméstico.

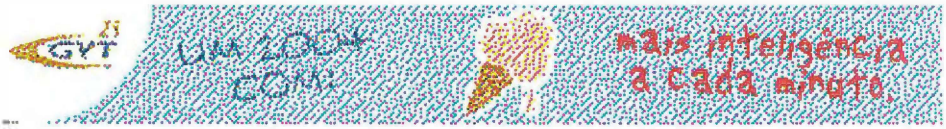
A lei recebeu o número 3.037. Críticos da lei argumentam que o texto não faz distinção entre jogos de azar e jogos interativos. Neste caso, qualquer game disputado em rede poderá ser considerado um "delito", a critério exclusivo da autoridade policial. Os infratores, de acordo com a lei, serão punidos com três meses de prisão e multa equivalente a R$ 15 mil. Em caso de reincidência, a pena de prisão passa a ser de um ano e a multa, variável entre R$ 75 mil e R$ 215 mil.

Por enquanto, estão livres da lei apenas dois donos de cybercafés, que na semana passada conseguiram um efeito suspensivo do texto legal. A indústria de games e consoles tenta alterar o texto legal no Parlamento, mas se não conseguir vai apelar à Corte Européia, por entender que a lei é inconstitucional.

**Anexo 10**

http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/noticia.phtml?id=93101

Confira aqui a programação




EDITORIAS
araná
olítica
rasil
conomia
sportes
pinião
undo
aderno G
olunistas
azetilha
otografia
ais Lidas
CADERNOS
erão Light
utomóveis
studante
onstrução e
coração
UN
ireito e Justiça
azetinha
astronomia
nformática
urismo
ural
onsumidor
nimais
lassificados
iver Bem
ESPECIAIS
uritiba 310 anos

SEGUNDA-FEIRA, 03 de setembro de 2001

PARANÁ

**Segurança**

# Medo faz indústria crescer

No PR, número de vigilantes é quase igual ao de policiais

A segurança tem sido uma das principais preocupações dos curitibanos. E para se prevenir da violência o morador da capital paranaense tem apelado para os sistemas de segurança privada. A indústria desse tipo de serviço movimenta anualmente em todo o Paraná cerca de R$ 200 milhões. O número de vigilantes particulares no estado forma um verdadeiro exército. São 12.500 homens trabalhando como vigilantes. O número de policiais militares é de 14.500. Segundo a Federação Nacional das Empresas de Segurança Privada, existem 58 empresas de segurança legalizadas no Paraná e aproximadamente 200 clandestinas. As companhias especializadas no assunto crescem de 20% a 30% por ano no estado.

"Temos vigias durante o dia, algumas casas põem fios de alta tensão e na maioria há câmeras de vídeo. A preocupação é muito grande", afirmou Luiz Antônio Kasprisin, 39 anos, morador do bairro Água Verde, um dos com maior índice de assaltos no município, tanto a residências quanto a automóveis. "Não podemos facilitar. Temos cachorros, alarmes, tudo que pudermos", disse Marcos Opalinski, 36 anos, também morador do Água Verde.

As empresas de segurança privada movimentam no Brasil, anualmente, aproximadamente R$ 5 bilhões. O Paraná é responsável por 4% dessa quantia. Acredita-se que este ano esse número deverá aumentar em até 20%.

**Os números**

Vigilantes

12.500

Empresas legalizadas

58

Empresas clandestinas

200

**Caio Castro Lima**

voltar | imprimir | enviar | comentar matéria

© 2004 Rede Paranaense de Comunicação. Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução do conteúdo desta página,
em meio de comunicação eletrônico ou impresso,
sem prévia autorização escrita da RPC.

**Anexo 11**

http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/noticia.phtml?id=108858

Fórmula
1º lugar geral
POSITIVO

EDITORIAS
araná
olítica
rasil
conomia
sportes
pinião
undo
aderno G
olunistas
azetilha
otografia
ais Lidas
CADERNOS
erão Light
utomóveis
studante
onstrução e ecoração
UN
ireito e Justiça
azetinha
astronomia
nformática
urismo
ural
onsumidor
nimais
lassificados
iver Bem
ESPECIAIS
uritiba 310 anos

DOMINGO, 03 de fevereiro de 2002

PARANÁ

**Proteção**

# Segurança privada em Curitiba cresce 20%

Empresas lembram que sistemas não são 100% seguros

Do início de 2001 até agora, o mercado de segurança privada cresceu cerca de 20% em Curitiba, segundo as empresas do setor. Câmeras de televisão, vigia e até cães são usados para fazer a proteção, mas o resultado não é 100% garantido. São várias as empresas que atuam no ramo e até especialistas em adequação do sistema para as empresas estão disponíveis no mercado curitibano, cada vez mais ameaçado pela insegurança. Hoje estes mecanismos não são privilégio dos mais ricos, lembra Jorge Fernandes de Oliveira, gerente operacional da Poliservice.

A empresa trabalha com escolta armada (calibre 38), instala circuito de tevê ligado a computadores, oferece cães das raças rottweiler e pastor alemão, além de orientar os clientes em como manter a segurança patrimonial e pessoal. O custo mínimo do serviço é de R$ 500,00 (instalação do alarme). O monitoramento do sistema fica entre R$ 50,00 e R$ 100,00.

O perfil de quem procura este tipo de serviço é muito parecido. "A maioria deles passou por alguma situação e quer se sentir mais protegido", explica Albary Almeida, da Centurion. Com uma carteira em torno de 3 mil clientes, a empresa, que tem duas filiais, está instalando um sistema de proteção para um empresário que recentemente teve mais de US$ 70 mil em equipamentos roubados. "Só de câmeras de tevê são 17", conta ele. O orçamento do trabalho ficou em torno de R$ 17 mil, mais a manutenção mensal. "E mesmo assim, não podemos dar garantia total de segurança", lamenta ele. "Deixamos bem claro para o cliente que nada é 100% seguro."

**Aluguel de cães**

Por R$ 300 o casal, é possível alugar cães das raças rottweiler, pastor alemão ou fila, todos da empresa Dog Alerta. Pioneira no serviço no país, segundo o seu proprietário, Paulo Roberto Dias, a empresa existe há mais de 12 anos. Ao todo, o canil tem cerca de 250 animais. "São treinados para acompanhar os vigilantes", explica Dias. O treinador usa o uniforme da empresa onde o animal irá trabalhar, facilitando a adaptação.

Dentre as raças disponíveis, o melhor para trabalhar, de acordo com o treinador, é o rottweiler. "Ele é mais obediente e silencioso do que as outras raças", justifica Dias.

**Nas viagens**

. Não deixar luzes acesas.

. Suspender assinaturas de revistas e jornais.

. O ideal é que a caixa de correspondências seja grande o suficiente para guardar as contas do mês.

. Se não for, arranje alguém que recolha a correspondência.

. Avisar os vizinhos para onde foi, deixar um telefone de contato e dizer quando irá retornar.

. Ao chegar em casa, ter o máximo de cuidado ao abrir o portão ou entrar pela porta. Se estiver de carro, o certo é dar uma volta na quadra e observar se não existe nada suspeito, antes de entrar.

**Raquel Santana**

voltar | imprimir | enviar | comentar matéria

**Anexo 12**

http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/noticia.phtml?id=117435

EDITORIAS
'araná
'olítica
Brasil
:conomia
:sportes
)pinião
Mundo
:aderno G
:olunistas
Gazetilha
'otografia
Mais Lidas
CADERNOS
Verão Light
Automóveis
:studante
:onstrução e
ecoração
UN
)ireito e Justiça
Gazetinha
Gastronomia
nformática
'urismo
Rural
:onsumidor
Animais
:lassificados
Viver Bem
ESPECIAIS
:uritiba 310 anos

DOMINGO, 28 de abril de 2002

PARANÁ

**Câmeras**

# Prédios residenciais também estão aderindo à nova mania

Moradores querem garantir segurança e preservar o imóvel

O medo também tomou conta de moradores de edifícios e condomínios residenciais, que, assim como proprietários de lojas, empresas e indústrias, estão adotando a filosofia de que é melhor prevenir do que remediar. Um indício disso é a procura pelos sistemas de circuito fechado de tevê.

Na empresa de segurança Falcão, segundo Suzana Capiobianco, do Departamento Comercial, praticamente 100% dos pedidos que estão sendo atendidos em prédios e condomínios fechados incluem a colocação de câmeras. "Os moradores querem se proteger dos marginais e garantir a preservação do imóvel", informou.

No Edifício Silver Tower, do bairro Água Verde, o sistema foi instalado há três anos. Segundo a síndica Regina Célia Massa Javorski, no princípio, até ela se sentia desconfortável com o fato de estar sendo vigiada, sobretudo no elevador. "Mas, com o tempo, todos os moradores tiveram provas de que o aumento da segurança compensa o transtorno", comentou, acrescentando que todos os prédios da vizinhança utilizam câmeras.

Pelo sistema utilizado no Silver Tower, o vigia controla o que está ocorrendo nos acessos (garagem, hall), nos elevadores e em áreas comuns. Os moradores também acompanham parte das imagens transmitidas num canal de tevê, podendo, entre outras coisas, verificar se a pessoa que está no elevador é realmente a que foi anunciada pelo porteiro.

voltar | imprimir | enviar | comentar matéria

Veja também

→ Câmeras provocam polêmica sobre segurança e privacidade
→ Ocorrências na XV caíram 24%
→ Tecnologia não substitui o vigilante

© 2004 Rede Paranaense de Comunicação. Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução do conteúdo desta página,
em meio de comunicação eletrônico ou impresso,
sem prévia autorização escrita da RPC.

**Anexo 13**

http://www.estado.estadao.com.br/servicos/imprimir

Procurando um site de informática ?
com os melhores produtos do mercado...



Segunda-feira, 21 de outubro de 2002 INFORMÁTICA O ESTADO DE S. PAULO

# Mercado informal domina setor de câmeras

Equipamentos de vigilância são vendidos até em camelôs, a preços muito baixos

Câmeras de "marca": Sony P&B (E), que custa US$ 400 e Gradiente (D) CDD SC-10, com preço de R$ 230

O mercado de equipamentos de segurança, como câmeras de vigilância, porteiros eletrônicos e alarmes, está dominado pelo comércio informal. Em camelôs no centro de São Paulo, é possível comprar câmeras por cerca de R$ 70.

"A falta de profissionalismo e o contrabando prejudicam o setor", lamenta o diretor de marketing da divisão de equipamentos de segurança da Gradiente, Oswaldo Oggiam. A empresa produz equipamentos de segurança em Manaus e, neste ano, a estimativa é de 300 mil câmeras vendidas. Um modelo mais simples da Gradiente, como a CCD Mini Câmera (preto-e-branco), sai por R$230.

A Gradiente fornece suas câmeras apenas para empresas de segurança, mas tem planos de vender kits para usuários domésticos no varejo, como já faz com porteiros eletrônicos. "Pretendemos oferecer opções para estes usuários, mas fica difícil para nós competir com os produtos ilegais", disse.

A Câmera 1 somente trabalha com equipamento de marcas renomadas, segundo o diretor da empresa João Antônio Gomes da Fonte. Ele acredita que o cliente que procura a empresa está consciente. "Ele sabe que não adianta instalar uma câmera comprada na rua", disse. Fonte conta com 50 tipos de câmeras, para diferentes aplicações. "Já fizemos instalações até dentro de frigoríficos, onde há condições difíceis, de frio e escuridão", exemplifica.

A loja Olho Vivo vende câmeras na faixa dos R$ 70, mas o próprio gerente da loja afirma que a qualidade do produto não é boa. "Esses modelos mais simples e quebram o galho apenas dentro de residências", disse Cláudio Martins de Oliveira Júnior.

Martins recomenda que o cliente compre pelo menos uma câmera com boa definição de imagem, com pelo menos 400 linhas de definição, que tem o preço a partir de R$ 240. Na Olho Vivo, há kits residenciais com preços a partir de R$ 300, com monitor, seqüenciador e câmera.

O diretor da Solução Projetos e Sistemas de Segurança, Ivan Lencek afirma que vale a pena pagar mais caro por um produto de marca conhecida. "Essas câmeras baratas são descartáveis", critica. "O cliente que tem um interesse fiel, não hesita em pagar mais."

Lencek recomenda contratar uma empresa especializada para ajudar a escolher e instalar o sistema de segurança. "É muito comum que a instalação seja feita de forma errada, com produtos inadequados", alerta Lencek. "Há quem cometa erros na parte elétrica, o que faz o equipamento ficar desligado." A empresa é distribuidora de equipamentos de segurança Sony.

INTERTITULO/INTERTITULODe fato, não é fácil escolher uma câmera de vigilância, perante tantos modelos, com recursos diversos. É preciso considerar três

VITRINE

ECONOMIZE ATÉ 60% NA SUA CONTA TELEFÔNICA
Plug Tel
Tel./Fax: (11) 3022-8964

NOTEBOOK
Tel: (11) 3846-5955

Mais Destaques

SERVIÇOS
- Assistência Técnica
- Leilões
- Portáteis
- Serviços Gerais

Home

anterior
- Não é preciso ter micro poderoso para transmitir vídeo pela internet

próxima
- Newsletter traz o mundo pelo e-mail

- índice de notícias
- informática
- capa Estado

principais fatores na hora de escolher uma câmera: distância do equipamento até o objeto observado, amplitude e condições do ambiente, explica o técnico da empresa Prolarm, Primo Faviano.

Para ambientes menos iluminados, por exemplo, é preciso de uma câmera mais sensível a luz. "Em locais muito escuros, é possível usar um projetor que emite luz infravermelha e uma câmera que detecte essa luz", ensina.

Câmeras que ficam em ambientes externos, que precisam estar preparadas para variações de luz, podem ser equipadas com fotômetro, que controla a sensibilidade, e com lentes auto-íris, que ajusta o foco automaticamente. "A lente auto-íris pode ser fundamental, mas encarece o produto em pelo menos US$ 120".

Faviano verifica que os sitemas de vigilância por câmeras estão popularizados. "Há poucos anos, eles eram exclusividade de bancos", disse.

**Crescimento** – O comércio informal e o formal disputam o valioso mercado de sistemas de segurança, que cresce com o temor da população à violência.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Empresas de Segurança (Abese), Fabrício de Araújo Sacchi, a expectativa é de que até o final de 2002 as vendas no setor registrem um crescimento de 30%. "O mercado de segurança eletrônica, apesar das turbulências na economia, está aquecido, por conta do aumento da criminalidade", afirma.

Além do medo da violência, as pessoas também compram sistemas de vigilância, segundo Sacchi, para investigar a rotina de casa. "Há casos de mães que querem monitorar a babá dos filhos ou saber quem entra e sai da residência." (K.A.)

*Câmera 1 (11) 6694-2733; Gradiente (11) 3034-2166; Olho Vivo (11) 3333-6690; Prolarm (11) 3331-1322; Solução (11) 3758-2759*

imprimir enviar comentário

*Copyright © 2003 O Estado de S. Paulo. Todos os direitos reservados*

**Anexo 14**

http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u11395shtml

UOL ASSINE BATE-PAPO BUSCA CENTRAL DO ASSINANTE DISCADOR E-MAIL INDICE SHOP

OLHA ONLINE
NFORMÁTICA

Agenda Flores Online
Seja avisado de suas datas comemorativas com antecedência.
Clique aqui

cima da hora
sil
ıdo
heiro
idiano
orte
trada
ormática
ıcia
icação
eria
ıchetes
eciais
ımos
NAIS
ıanaque
biente
Ação
ilíbrio
ıaNews
ınha Online
est
a da Folha
óscopo
ips!
sata
apse
ismo
VIÇOS
dade é sua
uivos Folha
ıking
ssificados
e com a gente
ıa Online Móvel
ıaShop
erias
oas
ıre o site
ıpo
NAIS E REVISTAS
ıa de S.Paulo
ista da Folha
ıra SP
Negócios

25/10/2002 - 10h19

# EUA liberam uso de chips de identificação em humanos

da **Folha Online**

A FDA (órgão governamental responsável por administrar alimentos e remédios nos EUA) autorizou o uso de chips de identificação em humanos, apesar das recentes ressalvas feitas pelo mesmo órgão a respeito do dispositivo.

Segundo o site de notícias Vnunet.com, a FDA disse à fabricante do chip, Applied Digital Solutions, que não irá regulamentar o VeriChip caso ele seja adotado "para questões de segurança, finanças ou simples identificação pessoal".

O VeriChip vem sendo divulgado pela empresa como uma ferramenta capaz de salvar vidas, alegando que pacientes inconscientes trazidos a salas de emergência podem ser "escaneados" a fim de dar aos médicos todo o seu histórico de tratamentos de saúde.

Desde o início de seu desenvolvimento, o chip visava questões ligadas à saúde. A idéia inicial passava longe de sequestros, mas com os atentados de 11 de setembro, esse lado ganhou força, mas pelo menos por enquanto, não foi autorizado pela FDA.

A ADS ganhou manchetes internacionais ao implantar o chip --pouco maior do que um grão de arroz-- em três membros de uma família na Flórida. O VeriChip emite sinais de frequência de rádio de 125 KHz que podem ser captadas por um scanner a 1,5 metro de distância.

Aqui na América do Sul, o VeriChip vem com uma unidade GPS para localização à distância. Ele custa cerca de US$ 200 e possui uma taxa de manutenção anual de US$ 40.

Embora esse tipo de chip de identificação venha sendo utilizado há anos em animais, ele pode representar riscos quando usado em humanos, disse um investigados da FDA, além de ir de encontro com questões de privacidade. Por causa disso, em abril deste ano, o órgão regulador vetou o uso dos chips subcutâneos.

DESTAQUES

**2004:** Setor de TI deve receber nova onda de investimento

**Reino Unido:** Pedófilo é proibido de acessar a web por 5 anos

**Diversão:** Novo videogame ajuda usuário a ganhar músculos

**Windows:** EUA pedem mudança em recurso de e-commerce

Comunicar erros
Enviar por e-mail
Imprimir
Grupos de discussão

folhash

**Loterias On-lin**
Megasena Acumula
em R$ 7.000.000,0

**Babylon Tradut**
Comece o ano
poupando.Babylon
R$ 135.

**Saraiva.com.br**
Volta às aulas: até 5
s/juros no cartão

**Meta**
A Escola nº.1 em
Concursos Públicos

**Flores Online**
Diga Feliz 2004 corr
desconto de até 15%

**Futuro**
A informática do Fut
nas suas mãos.

**Manager Onlin**
7 dias gratuitos! Cac
seu currículo.

**Farmácia em C**
Confira as ofertas d
protetor solar

**Ecurso**
Cursos oficiais e
certificação Microso

**Empregos.com**
Mais de 80.000 vag
Cadastre-se grátis

CURSOS ON-LIN
Englishtown
Deutsche Well

Copyright Folha Online. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha Online.

**Anexo 15**

http://www.uol.com.br/inovacao/ultimas/ult762u36.shl

licidade

IBM | LINUX
EU SEI O QUE VOCÊ É MAS O QUE SOU EU?
Assista a última. Clique.

Sabe qual é o novo foco do mercado?

· Negócic
Empresa qu
dinheiro exp
Lua

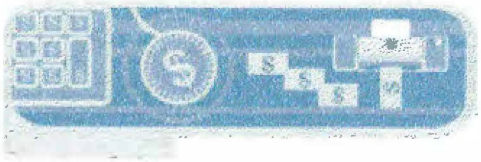
UOL ASSINE BATE-PAPO BUSCA CENTRAL DO ASSINANTE DISCADOR E-MAIL ÍNDICE SHO

UOL INOVAÇÃO Patrocínio: IBM

Microsoft planeja criar "m_

· Negócios

# Câmera anti-mentirosos poderá ser usada em aeroportos



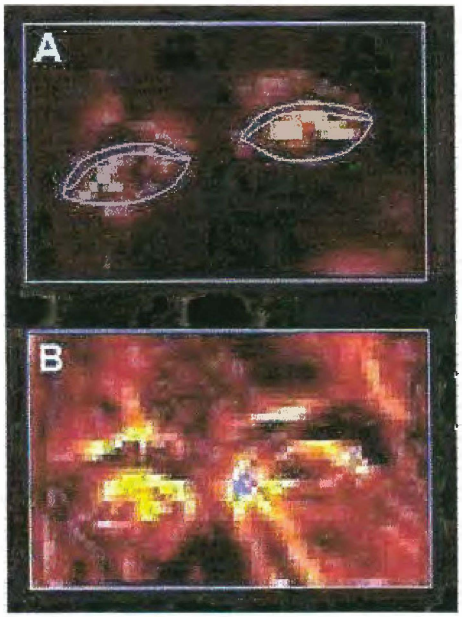
Da Redação
Em São Paulo

Uma nova câmera ultra-sensível promete pegar no pulo até os mentirosos mais caras-de-pau. O aparelho, ainda em fase de testes, foi desenvolvido pelos pesquisadores Norman Eberhardt, da Mayo Clinic, e James Levine, dos Laboratórios Honeywell, nos EUA.

Segundo estudo publicado pela revista *Nature*, a câmera -dotada de sensores térmicos ultra-sensíveis- é capaz de registrar leves alterações (de apenas 0,025°C) na temperatura do rosto das pessoas. Essa tecnologia permite identificar um afluxo repentino do sangue em direção aos olhos -um fenômeno associado ao ato de mentir.

Segundo os pesquisadores americanos, a temperatura na região do olho pode subir vários graus no instante em que a pessoa mentindo -sem que isso seja visível a olho nu. O desafio, porém, é fazer com que o aparelho capte essa mudança, com precisão, à distância.

Honeywell Laboratories/Mayo Clinic




Câmera registra rubor, invisível ao olho nu, em torno dos olhos

Em testes realizados com voluntários do Exército americano, o equipamento teve taxas de acerto (em torno de 75%) semelhantes ao polígrafo (nome técnico do famoso "detector de mentiras"), muito mais complicado de operar e que exige mais tempo de uso.

Os criadores do detector dizem que ele poderá ser usado em lugares onde a checagem de segurança tenha de ser feita de maneira rápida e precisa - aeroportos, por exemplo. "Se essa tecnologia provar ser acurada o suficiente para ser usada em aeroportos, ela pode revolucionar a segurança nos vôos", disse Levine, em entrevista ao site da *New Scientist*. "Com este aparelho, podemos perguntar a um sujeito se ele está carregando uma arma e obter uma resposta imediata".

Apesar do sucesso inicial, os pesquisadores ainda têm desafios pela frente. Eles não sabem, por exemplo, se fatores como o calor ambiente e esforços recentes da pessoa podem afetar a eficácia da câmera. "Ainda faltam muitos testes e desenvolvimentos", diz o pesquisador.

**Rota de fuga**

Segundo Levine, o afluxo de sangue para os olhos é uma reação natural do corpo diante de uma situação de tensão e medo. A melhor irrigação dessa região permite que, em caso de fuga, a pessoa enxergue melhor as rotas de escape.

Honeywell Laboratories/Mayo Clinic

Mas nem todos os cientistas compartilham do otimismo da equipe de Levine. Para Alan Zelicoff, cientista do Centro de Segurança Nacional, mesmo que a câmera obtenha na vida real os mesmos resultados dos testes, milhares de pessoas serão erroneamente identificadas como mentirosas.

## rápidas

**· Fio de seda**

Cientistas chineses criar
acidentalmente, um fio
parecido com seda a pai
nanotubos de carbono.
Enquanto tentavam puxa
feixe de nanotubos para
de um conjunto de estrut
microscópicas alinhadas
silício, eles obtiveram un
contínuo, como o que se
obteria ao puxar seda de
casulo. O fio de nanotub
submetido a calor, poder
usado para fabricar roup
prova de balas ou materi
para bloquear radiação
eletromagnética.

**· Agricultura**

Agricultores poderão, em
breve, usar um dispositiv
senso a distância que di
microondas no solo para
dizer-lhes se o campo já
pronto para o plantio.
Atualmente, amostras de
são analisadas em
laboratório, mas o tempo
esse processo demora e
algumas propriedades fí
como porosidade, densi
e humidade, são alterad
quando você retira uma
amostra. Agora, físicos d
Universidade do México
desenvolveram um teste
invasivo. A técnica consi
em refletir microondas d
camadas do solo em
diferentes profundidades
informações da qualidad
solo são retiradas dos
padrões das ondas reflet
*(Physical Review Letters*

**· É só sacudir**

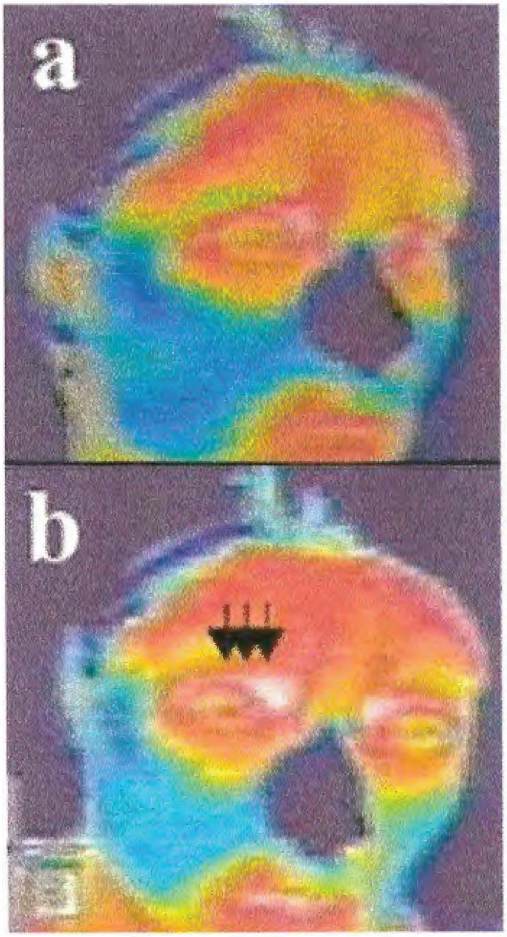
Navegar pelo menu do c
ou pelas mensagens de
com uma só mão pode s
uma batalha. Por isso, a
patenteou um macete pa
tornar os telefones mais
fáceis de usar: um sister
ação por sensor. Um dos
sensores responde pelo

Em um aeroporto movimentado, por exemplo, isso poderia gerar verdadeiras multidões que teriam de ser separadas pela segurança para uma checagem mais apurada -pessoas que, claro, não ficariam nada contentes.

Além disso, prossegue o cientista, entrevistado pelo jornal *USA Today*, esses dispositivos podem até identificar alguém que cometeu algo errado, mas nada garante que apontem quem ainda está apenas planejando um crime.

Para Aldert Vrij, do Departamento de Psicologia da Universidade Portsmouth, da Inglaterra, o problema é a confiança excessiva que o aparelho pode gerar. "Há o risco de as pessoas se apoiarem demais em um sistema como esse", alerta. Além disso, ele acredita que muitas pessoas podem ser capazes de se manterem calmas o suficientes para enganar a máquina -da mesma maneira que é possível ludibriar o polígrafo.

04/01/2002 - 11h43



Na imagem B, a alteração de temperatura na região dos olhos

movimento vertical da rolagem de texto na telin celular, enquanto o outrc rolagem a tela na lateral quando o aparelho é sacudido. A empresa diz o sistema parece ser tão natural que as pessoas aprendem rapidamente a chacoalhar o aparelho pa ver a informação desejac

UOL ASSINE BATE-PAPO BUSCA CENTRAL DO ASSINANTE DISCADOR E-MAIL ÍNDICE SHO

© Copyright 1996-2002 UOL - Todos os direitos reservados

**Anexo 16**

http://txt.estado.com.br/editoriais/2000/12/10/ger142.html

Domingo, 10 de dezembro de 2000 GERAL O ESTADO DE S. PAULO

# Bisbilhotice sai dos filmes de ficção e entra na vida moderna

Com aparelhos eletrônicos, é possível seguir os passos alheios sem ser percebido

O que antes fazia parte de filmes de ficção, hoje integra nosso dia-a-dia. São filmadoras, circuitos de TVs, gravadores e câmeras fotográficas. Estão espalhados em tantos locais que muitos já se acostumam com sua presença. Há uma outra lista de aparelhos menos conhecida, mas que surpreende pelo seu poder de bisbilhotice. São relógios-gravadores, câmeras ocultas menores que uma caixa de fósforo, microtransmissores do tamanho de um isqueiro que podem captar conversas a 300 metros de distância, aparelhos de escuta através de paredes, programas "invisíveis" de computadores que gravam todos os textos digitados, e-mails enviados e recebidos, comandos executados e sites visitados.

"Quem tem a informação tem o poder", filosofa João Evangelista Pinto, proprietário da Jeptron, uma empresa que vende aparelhos de segurança.

Segundo ele, muitos de seus clientes são empresas que utilizam esses artifícios, ainda que a maioria seja ilegal, para pressionar funcionários ou confirmar suspeitas de atos criminosos.

**Vedetes** - Hoje, as microcâmeras ocultas são um dos objetos mais vendidos no mercado da espionagem. Há poucos meses, um cliente da Jeptron comprou uma delas para um propósito curioso. Como seu cachorro começou a ter comportamentos estranhos, ele decidiu vigiá-lo por alguns dias. Para sua surpresa, descobriu que a empregada surrava o animal sistematicamente com a vassoura. A empregada foi demitida.

Os sistemas de vigilância por câmeras são os mais populares. Tanto que poucos se dão conta de que elas estão por toda parte. Um exemplo são os 89 aparelhos espalhados em cinco túneis da capital paulista. Não há um centímetro deles que não esteja vigiado pelos técnicos da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

Segundo o engenheiro Luiz Paulo D'Ângelo Santiago, os equipamentos não são vistos pelos motoristas como uma invasão da privacidade. "É diferente de filmar um elevador. No trânsito, é um veículo controlado; no elevador, uma pessoa sendo bisbilhotada", compara Santiago.

Depois de seis anos desde a instalação da primeira câmera, além da monotonia do controle do trânsito de veículos, a equipe da CET já captou diversas imagens curiosas. Dos casais que param no acostamento para brigar até os rapazes que faziam do local um banheiro público. A primeira reação de quem é flagrado é sempre a mesma: "Mas como vocês descobriram que eu estava parado aqui?" O Big Brother sabe. (E.N.)

**anterior**
- Big Brother observa-o neste exato momento

**próxima**
- Informações pessoais são vendidas por mísero centésimo de centavo

- índice de notícias
- Geral
- **capa Estado**

imprimir enviar comentário



*Copyright © 2003 O Estado de S. Paulo. Todos os direitos reservados*

**Anexo 17**

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020425_lucsamendes.shtml

25 de abril, 2002 - Publicado às 12h49 GMT

# Privacidade inglesa em NY

Primeira Página
Saúde & Tecnologia
Economia
Cultura
Especial
Fórum
renda inglês

ÁUDIO
s minutos do mundo
Notícias
ando Hoje
De Olho no Mundo

Programação
Como Sintonizar

SERVIÇOS
Parceiros
Sobre a BBC
Expediente
Página simplificada
Fale com a gente
Empregos
E-manchetes

LÍNGUAS
EM ESPAÑOL
PORTUGUÊS - ÁFRICA
فارسی
हिन्दी
اردو

NEWS
SPORT
Weather

Quando cheguei em Nova York, minhas primeiras sensações, como de muita gente, foram de privacidade, anonimato e solidão.

Ninguém sabe quem é você, nem demonstra o menor interesse na sua aparência, no que você está usando ou fazendo.

Até recentemente, o lugar ideal para colher estas impressões era Times Square, a encruzilhada mais transitada do mundo.

Por aqui, passam mais de 1 milhão de pessoas por dia. Quem estaria prestando atenção em mim ou em você?

Pois saiba que mais de 200 câmeras estão de olho em nós, cobrindo cada metro quadrado da praça.

No seu computador, se você entrar em earthcam.com, pode escolher entre nove destas câmeras em Times Square.

Também pode entrar na frente de uma delas e acenar para os seguranças, seus amigos e parentes em qualquer parte do mundo.

Hoje, há mais de 5 mil câmeras espalhadas nos locais públicos de Nova York e estamos cada vez mais acostumados com elas, dos caixas eletrônicos às portas das lojas.

E elas estão se multiplicando pelo país inteiro, com maior rapidez ainda em Washington, onde quase toda cidade já pode ser vista pelas câmeras da polícia e outros departamentos do governo.

Milhões de americanos são contra esta invasão de privacidade, mas desde 11 de setembro os protestos são raros.

Um pequeno grupo de deputados em Washington está questionando o abuso das câmeras, mas os defensores delas apontam para a Inglaterra, um país obcecado por privacidade.

Lá, foram instaladas 2 mihões de câmeras para combater o terror dos católicos irlandeses. Um

E-MANCHETE
Assine o serviço da **BBC Brasil** para receber as principais notícias por e-mail.

ORIENTE MÉDIO
Leia as últimas notícias e análises sobre o processo de paz entre Israel e os palestinos.

Notícias relacionadas:

- 18 de abril, 2002
  Equívoco americano
- 11 de abril, 2002
  A carreira e o bebê
- 11 de abril, 2002
  Caminho jesuíta
- 09 de abril, 2002
  Arte perigosa

cidadão indo ou voltando do trabalho em Londres é registrado por 300 câmeras.

É um bom argumento, mas até hoje as câmeras não ajudaram a prender nenhum terrorista.

P.S.: Estes números saíram do debate americano na Câmara.

Clique aqui para ouvir esta coluna de Lucas Mendes

BBC

^^**Volta ao início da página**

**Primeira Página | Saúde & Tecnologia | Economia | Cultura | Especial**
**Fórum | Aprenda inglês**

---

**Programação | Como Sintonizar**
**Parceiros | Sobre a BBC**

Escolha um Idioma

**Anexo 18**

http://txt.estado.com.br/editoriais/2000/12/10/ger149.html

Domingo, 10 de dezembro de 2000 GERAL O ESTADO DE S. PAULO

# Big Brother observa-o neste exato momento

Sociedade da informação permite que pessoas sejam vigiadas o tempo todo

**EDUARDO NUNOMURA**

**anterior**
- Revoltados, palestinos pedem armas a Arafat

**próxima**
- Bisbilhotice sai dos filmes de ficção e entra na vida moderna

- índice de notícias
- Geral
- **capa Estado**

A vida num mundo sem privacidade previsto pelo escritor George Orwell, no livro 1984, já é real. A figura do Big Brother, o Grande Irmão, capaz de vigiar seus movimentos 24 horas por dia, cerca a atual sociedade.

Nunca na história houve tantos exemplos de como é possível controlar as pessoas por meio da informação. A aprovação pelos deputados de um projeto que permite a quebra do sigilo bancário é mais uma prova disso. A decisão da semana passada está sendo torpedeada por juristas, advogados e políticos, que vêem na medida uma ameaça aos direitos do contribuinte. A Ordem dos Advogados do Brasil considerou fascista a proposta, quase a compará-la com o totalitarismo imaginado por Orwell.

O controle não pára por aí. Neste exato instante, seus dados pessoais circulam por diferentes computadores e estão sendo manuseados por interessados em vender alguma coisa, conhecê-lo melhor ou simplesmente controlá-lo a distância. Se mora numa cidade grande com câmeras e radares eletrônicos espalhados por ruas e avenidas, ande na linha para não ser flagrado por eles. Num shopping center, numa loja, num prédio ou mesmo numa banca de jornal, circuitos de TV controlam cada um de seus movimentos. Se possui um e-mail, há uma grande chance de esse endereço já estar sendo vendido por empresas de marketing. E cuidado com o que escreve, pois sua empresa ou mesmo seu provedor de acesso pode ler tudo o que envia ou recebe pela Internet. Bem-vindo à sociedade da informação!

A privacidade acabou. Essa afirmação foi repetida mais de uma vez pelo escritor português José Saramago, que esteve em São Paulo na semana passada.

Numa entrevista ao Estado para o lançamento de seu novo livro, A Caverna, ele explicou o motivo de sua agonia: "As palavras que estou a dizer, com a vibração que produzem nos vidros, essa vibração poderia estar a ser captada no prédio em frente. É surpreendente como a humanidade aceita viver dessa maneira." Aos 78 anos, o premiado com o Nobel de Literatura em 1998 está mais lúcido do que nunca. A obra fala exatamente de parafernálias eletrônicas que vigiam uma sociedade oprimida.

**No trabalho** - A tecnologia possibilita que as informações circulem quase instantaneamente e tudo passe a girar em torno delas. "A noção de privacidade está mudando por causa dos meios eletrônicos.

Com isso, a distinção entre público e privado ficou confusa", relata James Wygand, diretor da Control Risks do Brasil, especializada em apurar fraudes em empresas. Foi vasculhando o sistema de e-mail de uma companhia de manufatura que Wygand e sua equipe descobriram que um funcionário aplicava um golpe contra a empresa. Da mesa de seu computador, ele checava sua conta bancária e fazia as movimentações do cerca de US$ 1 milhão que recebeu de fornecedores usando da influência de seu cargo. A pessoa foi demitida.

Nos Estados Unidos, 40 funcionários da Xerox Corporation foram demitidos no ano passado, porque usaram os computadores da empresa para visitar sites pornográficos ou esportivos durante o expediente. Esse caso mostra uma realidade que muitas empresas preferem esconder. É cada vez maior o controle dos patrões sobre seus empregados. Hoje, metade das companhias americanas admite que monitora telefonemas, fax, e-mails e arquivos de computadores de seus empregados. Embora os funcionários abominem, os empregadores têm direito de fazer isso, uma vez que os meios utilizados pertencem à empresa.

A própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) brasileira prevê demissão pelo mau uso de equipamentos.

"As empresas são absolutamente paranóicas com relação ao seu sigilo", explica o presidente da Softway Telemarketing, Roberto Josuá. Sua empresa presta serviços para companhias como Telefonica e Credicard, realizando telefonemas para os consumidores. Os 1.800 funcionários têm acesso, quando necessário, a bancos de dados com uma série de informações pessoais, como nome, telefone, endereço e renda mensal. Para evitar erros, a privacidade do consumidor é mantida à custa de um controle absoluto dos empregados. Todas as ligações são gravadas e há câmeras de vídeo vigiando todos. "Esse sistema permite que o funcionário jamais seja acusado de ter roubado uma informação", justifica Josuá.

**Na rua** - Mas o que dizer de câmeras que começam a se espalhar por todos os lugares? Em Boituva, até o fim do mês, serão instaladas 12 câmeras em entradas de bancos, ruas comerciais, escolas e outros locais públicos. A Universidade de São Paulo já tem uma funcionando no estacionamento da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis (FEA), na Cidade Universitária. Antes do vigia eletrônico, eram roubados de 3 a 4 carros todo mês. Desde o início do controle, não há mais registros. Até o primeiro semestre de 2001, serão dez câmeras acompanhando os passos dos universitários. Na FEA e também no Escola Politécnica, os estacionamentos deverão contar com crachás de acesso no ano que vem. Em Bauru, duas escolas estaduais que instalaram os equipamentos nos banheiros e corredores foram obrigadas a voltar atrás em sua decisão. Pais e alunos protestaram contra a invasão da privacidade.

A justificativa para essas medidas sempre é a segurança. Em outros casos, a segurança não parece ser uma boa explicação.

Para as agências de inteligência, outros motivos justificam a espionagem de pessoas e empresas. "A forma como esses serviços agem define as prioridades do País", explica Wygand, da Control Risks do Brasil. Na extinta União Soviética, a KGB preocupava-se com a estabilidade interna do país, investigando os próprios cidadãos à procura de focos de subversão. A CIA tentava descobrir, nos Estados Unidos e em outros países, pessoas que estivessem propagandeando o comunismo mundo afora.

O Big Brother existe então? "Sim e não. A armazenagem eletrônica de dados pessoais permite a criação de um Big Brother, mas não necessariamente obriga que ele seja criado", responde Pedro Vazquez, coordenador do grupo de segurança do Comitê Gestor da Internet. "O perigo reside em centralizar essas informações ou na possibilidade de cruzamento delas por qualquer um e sem o conhecimento da pessoa."

Para Roberto Josuá, não existe. "Como há uma quantidade enorme de informações fragmentadas circulando, é impossível ter controle total sobre as pessoas", raciocina. Wygand é mais otimista: "O Big Brother não é tão big (grande) assim. Ainda há formas de protestarmos contra essas invasões de privacidade. Enquanto o ser humano for humano, sempre haverá formas de impor limites a esses excessos." (Colaborou Haroldo Ceravolo Sereza)

imprimir enviar comentário

| a magia do cinema | arte digital | agrícola | assine já | astral | autos | banco de talentos | bossa nova | casa & familia | classificados | clube do assinante | colunistas | editoriais | english | espaço aberto | especiais | estadinho | expediente | fale conosco | feminino | fórum de debates | fórum de discussões | fórum dos leitores | guia caderno 2 | história do grupo oesp | índice de notícias | informática | loterias | manual de redação | mapa do site | o melhor de calvin | pesquisa | previsão do tempo | são paulo reclama | suplementos | telejornal | viagem |

*Copyright © 2003 O Estado de S. Paulo. Todos os direitos reservados*

**Anexo 19**

http://www.estado.estadao.com.br/editoriais/2002/03/23/int021.html

estadaoacesso.br

Suplementos Editorial Assinaturas Caderno2 Cidades Economia Esportes Geral Internacional Politica

Sábado, 23 de março de 2002 INTERNACIONAL O ESTADO DE S. PAULO

# Câmeras vigiarão monumentos de Washington

Decisão polêmica prevê que vigilância ininterrupta comece em outubro

**SPENCER S. HSU**
**The Washington Post**

WASHINGTON - O Serviço de Parques Nacionais vai começar a manter vigilância ininterrupta com vídeo no Mall de Washington em outubro, agindo agressivamente para reforçar a segurança em torno de símbolos nacionais visitados por milhões de turistas todo ano.

Câmeras de TV de circuito fechado (CCTV) serão instaladas pela primeira vez para monitorar logradouros públicos em e ao redor do Monumento a Washington e aos memoriais a Lincoln, Franklin D. Roosevelt, Veteranos do Vietnã e Guerra da Coréia, segundo John G. Parsons, diretor-adjunto regional do Serviço de Parques.

A decisão, revelada em testemunho que Parsons apresentou para entrega a uma subcomissão do Congresso ontem, motivou sérias indagações de seus membros mesmo antes de sua divulgação pública. "Sei que eles precisam proteger os monumentos principais, mas isto é uma surpresa para nós", disse a deputada Constante A. Morella, republicana de Maryland e presidente da Subcomissão de Reforma Governamental para o Distrito de Colúmbia, que convocou uma audiência sobre a expansão do emprego de vigilância eletrônica na capital dos EUA. "Por quanto tempo eles vão captar nessas câmeras cada rosto de cada pessoa que estiver lá? Por quanto tempo eles vão conservar esse material?

Quem terá acesso a ele?"

A declaração de Parsons informou que a Polícia de Parques Nacionais empregará câmeras "apenas em logradouros públicos onde não houver nenhuma expectativa de privacidade" e só "para fins policiais válidos".

Grupos defensores das liberdades civis manifestaram o receio de que o monitoramento com vídeo possa desencorajar manifestantes, que durante décadas se reúnem no Reflecting Pool (Espelho d'Água) e outros pontos do Mall para protestar contra programas do governo sobre questões que vão de benefícios a veteranos e aborto a direitos civis e Guerra do Vietnã.

"Precisamos fazer uma pergunta: existe alguma vantagem concreta nisso?

Evidências procedentes do resto do país e do resto do mundo respondem que não", disse Barry Steinhardt, diretor-adjunto da União Americana de Liberdades Civis, que vai depor com Parsons e funcionários do Distrito de Colúmbia. "Precisamos ouvir com muita atenção." O anúncio do Serviço de Parques representa uma decisão marcante no aumento crescente do emprego, por órgãos policiais americanos, de vigilância com vídeo, uma tendência que se torna cada vez mais controvertida desde os atentados de 11 de setembro.

Cerca de 80% dos 19 mil departamentos de polícia nos EUA empregam TV de circuito fechado em prédios governamentais e outras áreas públicas, segundo pesquisa feita no ano passado. Alimentando o poder de tais sistemas está a tecnologia de computação digital que pode arquivar e transmitir imagens entre agências do governo.

Desde setembro, alguns aeroportos americanos começaram a testar um

**anterior**
- EUA fecham embaixada na Bósnia por segurança

**próxima**
- EUA acham laboratório no Afeganistão

- índice de notícias
- internacional
- **capa Estado**

programa de "reconhecimento facial" que conecta câmeras de vídeo a bancos de dados de suspeitos. No mês passado, a polícia do Distrito de Colúmbia ativou, para uso de emergência, uma das mais extensas redes de vigilância computadorizada do país, capaz de interligar centenas de videocâmeras governamentais que monitoram ruas, estações de metrô, escolas e instalações federais.

Funcionários do transporte municipal planejam acrescentar até 700 câmeras de vigilância de tráfego capazes de abastecer o sistema.

O Congresso dos EUA começou a empregar vigilância com vídeo em 1971. E destinou US$ 116 milhões para contratar mais integrantes da Polícia do Capitólio e aperfeiçoar a segurança - incluindo a modernização da rede de circuito fechado - depois que dois policiais foram mortos por um invasor em 1998. Vigilância com vídeo em áreas públicas também é empregada na Casa Branca, informou um porta-voz do Serviço Secreto.

imprimir enviar comentário

*Copyright © 2003 O Estado de S. Paulo. Todos os direitos reservados*

**Anexo 20**

http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2912200201htm

UOL ASSINE BATE-PAPO BUSCA CENTRAL DO ASSINANTE DISCADOR E-MAIL ÍNDICE SHOPPING
LHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL

Guia Fique em São Paulo no Fim de Semana. Fique

RESOLUÇÕES PARA O ANO NOVO: Aprender Inglês

São Paulo, domingo, 29 de dezembro de 2002 FOLHA mundo

Envie esta notícia por e-mail para assinantes do UOL ou da Folha clique aqui

Próximo Texto | Índice

## GUERRA SEM LIMITES

**Governo quer analisar informações pessoais de todos os cidadãos do país para "prevenir ataques terroristas"**

# Projeto dos EUA prevê "super Big Brother"

**MARIA BRANT**
DA REDAÇÃO

O pior pesadelo dos adeptos das teorias da conspiração parece ter sido concretizado. O Departamento da Defesa dos EUA está desenvolvendo um programa cujo objetivo é permitir que o governo rastreie os movimentos de todos os seus cidadãos para "prevenir ataques terroristas".

Gastos com cartão de crédito, saques de dinheiro em caixas eletrônicos, históricos escolares, compras em supermercados, livros retirados em bibliotecas, sites visitados na internet, números de telefone discados, registros de pedágios e muitos outros dados de cada um dos cerca de 290 milhões de americanos e estrangeiros nos EUA serão reunidos em um banco de dados gigante.

A idéia é detectar padrões de comportamento "suspeitos" e impedir ataques antes que eles aconteçam. O segredo, dizem as agências de inteligência -amplamente criticadas por não terem captado sinais antes dos atentados de 11 de setembro de que algo estranho estava ocorrendo- estaria não na simples capacidade de acessar os dados, mas na possibilidade de combiná-los.

Se, na hora em que os 19 sequestradores do 11 de setembro compraram passagens de avião para os mesmos quatro vôos, por exemplo, um computador mostrasse que todos eles moravam juntos ou próximos uns dos outros e tinham sobrenomes árabes, alguns deles integrando listas de suspeitos de terrorismo do FBI, talvez algum alarme tivesse soado na cabeça de algum agente.

Para isso, foi criado o IAO (algo como Escritório de Conhecimento das Informações, na sigla em inglês), encarregado de implantar e administrar o programa TIA (Conhecimento Total das Informações). O escritório faz parte da Darpa (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada da Defesa), uma evolução da Arpa, responsável pela criação da internet.

Como se não bastasse o caráter orwelliano do programa, o escolhido em fevereiro último para chefiar o IAO é nada menos que o ex-almirante John Poindexter, que, como assessor para assuntos de segurança nacional do ex-presidente Ronald Reagan nos anos 80, foi um dos orquestradores da operação Irã-Contras. Sob o esquema, os EUA venderam mísseis a Teerã, de forma secreta e ilegal, e usaram os fundos para financiar os "contras", guerrilheiros anti-Sandinistas na Nicarágua.

Poindexter foi condenado por cinco acusações, incluindo conspiração e mentir ao Congresso, mas acabou absolvido por um tribunal de apelações, pois seus depoimentos haviam sido dados sob a garantia de imunidade.

Até o logotipo do programa parece ter sido elaborado para aterrorizar

paranóicos. Nele, o Grande Selo do EUA -onde figuram o símbolo do "olho que tudo vê", associado à onisciência divina, e uma pirâmide- , presente nas notas de dólar, é modificado e passa a jogar um facho de luz sobre o globo terrestre. O lema do departamento é "Scientia est potentia" (conhecimento é poder).

A Darpa, aliás, tirou o logotipo de sua página na internet em 26 de novembro, depois de a imagem passar a estampar nove entre dez sites de ativistas americanos.

Como era de se esperar, o TIA causou celeuma entre grupos de defesa das liberdades civis. Mais de trinta ONGs escreveram ao presidente George W. Bush no último mês dizendo que o TIA viola a Quarta Emenda da Constituição americana, que protege cidadãos, suas casas e documentos de "buscas e confiscos não-razoáveis".

Talvez de forma menos previsível, o TIA provocou revolta também entre conservadores. O colunista William Safire, do "New York Times", chamou-o de "o sonho do superbisbilhoteiro", e até o "think tank" liberal Cato publicou artigos criticando o plano.

Os defensores do TIA no Departamento da Defesa dizem que sua base legal é a nova Lei de Segurança Interna, sancionada por Bush no mês passado.

Diversos congressistas, contudo, incluindo o líder da maioria republicana na Câmara dos Deputados, Dick Armey, contestam a alegação e dizem que a implementação do programa exigiria a reforma de leis que protegem a privacidade dos americanos.

Apoiado na lei ou não, a Darpa anunciou em março estar procurando fornecedores de softwares para o TIA, com um orçamento anual inicial de US$ 200 milhões.

O modelo do programa são os sistemas de "data mining", ou mineração de dados - que permitem que empresas anotem e comparem informações sobre o comportamento de seus clientes para tornar suas campanhas de marketing mais certeiras, detectar fraudes e garantir a segurança de compras por cartão de crédito.

Um dos fatores que causam mais alarme entre seus detratores, aliás, é a facilidade com que o TIA seria inicialmente implantado. Ou seja, as informações que o governo usaria no programa já existem e só precisariam ser compiladas em um único banco de dados ou cruzadas entre si. O único obstáculo para isso, o de fazer com que as empresas disponibilizassem seus dados, não parece ser exatamente intransponível.

Segundo uma pesquisa realizada pela revista americana especializada em segurança "CSO" e divulgada há dez dias, 41% das empresas americanas passariam voluntariamente informações sobre seus clientes ao governo, mesmo sem uma ordem judicial.

Na verdade, companhias como a Amazon e a eBay dizem em suas páginas sobre sua política de privacidade que podem fornecer informações sobre seus clientes quando julgarem que isso ajudará no "cumprimento da lei".

Mas nem todas as empresas encaram a questão dessa forma.

Paul Hawken, autor de "The Ecology of Commerce" (a ecologia do comércio) e presidente da empresa de mapeamento de informações Groxis, contou à **Folha** que foi convidado a fazer uma apresentação dos programas de sua empresa em um evento em que Poindexter estaria presente para avaliar a possibilidade de a firma participar do TIA, mas recusou a oferta, "por princípio".

Sua companhia, diz ele, "recusa-se a trabalhar com Poindexter de qualquer forma em qualquer projeto", já que ele "traiu os EUA" no caso Irã-Contras. "Em segundo lugar, simplesmente não participaríamos de um projeto para espionar cidadãos", diz ele.

**Inviabilidade**

Outra crítica ao programa diz respeito à sua inviabilidade. Para muitos, incluindo Hawken, criar algoritmos que determinem "padrões suspeitos de comportamento terrorista" seria praticamente impossível.

"Quem teria previsto, por exemplo, que [o líder dos sequestradores do 11 de setembro] Mohammed Atta, um muçulmano devoto, passaria tempo com "showgirls" e jogando em cassinos de Las Vegas menos de um mês antes dos ataques?", pergunta.

Outro impedimento à viabilidade do TIA é sua tendência a criar "falsos

positivos", disse Hawken. "Usando a análise bayesiana, podemos determinar com bastante certeza que, para cada pessoa que o governo possa ter uma razão legítima para seguir, rastrear ou monitorar, haverá cerca de mil pessoas inocentes cujas vidas se tornarão miseráveis pelo monitoramento do governo."
O terceiro problema, afirma Hawken, é o fato de que a existência de um programa como o TIA certamente causaria mudanças de comportamento. "É infinitamente mais fácil para uma pessoa enganar o sistema camuflando suas atividades do que é para o sistema encontrar uma única pessoa."

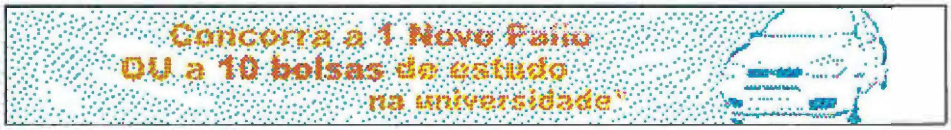
Próximo Texto: Americanos vigiam chefe de programa
Índice

UOL ASSINE BATE-PAPO BUSCA CENTRAL DO ASSINANTE DISCADOR E-MAIL ÍNDICE SHOPPING
ight Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sern autorização escrita da Agência Folha.

**Anexo 21**

http://tudoparana.globo.com/gazetadopovo/arquivo/noticia.phtml?id=114191

Baixe aqui!




EDITORIAS
araná
olítica
rasil
conomia
sportes
pinião
undo
aderno G
olunistas
azetilha
otografia
lais Lidas
CADERNOS
erão Light
utomóveis
studante
onstrução e
ecoração
UN
ireito e Justiça
azetinha
astronomia
nformática
urismo
ural
onsumidor
nimais
lassificados
iver Bem
ESPECIAIS
uritiba 310 anos

SEXTA-FEIRA, 29 de março de 2002

RODAPÉ

**Seguraça residencial**

# Sorria! Você está sendo filmado

Câmeras ficam mais baratas e fáceis de instalar

O monitoramento eletrônico feito por meio de micro-câmeras tornou-se um grande aliado na segurança de residências. Isso porque os aparelhos de circuito fechados de TV (CFTV) tonaram-se mais acessíveis, além de haver uma maior disponibilidade de mão-de-obra especializada para instalação e manutenção dos equipamentos.

A proprietária da RKR Engenharia, Rosangela Mesquita Kauffmann, diz que há uma variação enorme de modelos no mercado. Cada caso tem um equipamento mais apropriado. Algumas situações exigem câmeras com lentes especiais, como as noturnas, outras requerem uma lente de melhor resolução e velocidade, habilmente capazes de se aproximar do local ou pessoa que está sendo filmada.

No entanto, para residências, as mais procuradas são as mini-câmeras. "Elas são mais baratas e menores", justifica Rosangela. "Apesar de as mini-câmeras não terem os mesmos itens das câmeras com alta resolução, as mini-câmeras não deixam de atender as necessidades de uma residência", acrescenta. Os locais de instalação devem ser definidos depois de um estudo do lugar. O mais comum é que se coloque o monitoramento apenas nas áreas externas, principalmente nos locais de entrada e saída de carros e pessoas.

**Monitoramento**

As imagens captadas pelas câmeras são visualizadas através de um monitor instalado na casa. Esses dois equipamentos formam o conjunto básico de CFTV. No entanto, quem quiser gravar o que anda acontecendo na sua residência, pode optar pelo Time Lapses, aparelho que grava as imagens por vários dias ininterruptamente. Já para quem instalar várias câmeras, há também o sequenciador que, acoplado ao monitor, permite que as diversas imagens sejam vistas simultaneamente.

**Custo**

De acordo com Rosangela Kauffmann, é possível instalar um bom sistema, composto por uma câmera, um monitor e cabos de até de 20 metros e mais mão-de-obra por cerca de R$ 730,00. Quem colocar mais de uma câmera e quiser instalar o sequenciador gastará em torno de R$ 70,00 a mais. Agora, se a pessoa optar pelo Time Lapses, o preço sobe R$ 1.600,00.

*Opção barata*

**Falsa câmera**

Uma boa alternativa para quem quer apenas amedrontar os intrusos com o equipamento é utilizar as câmeras falsas. Elas têm a carcaça e a luz da câmera verdadeira e, quando ligadas na tomada, piscam exatamente com as originais. Segundo o especialista em sistemas de segurança, Marcos Vinicius Malange, pode valer a pena adotar esse sistema, pois ele é barato - cerca de R$ 20,00 a câmera - e realmente inibe os ladrões e vândalos. "Se o serviço de instalação for bem feito, não há como perceber que o produto é falso", finaliza.

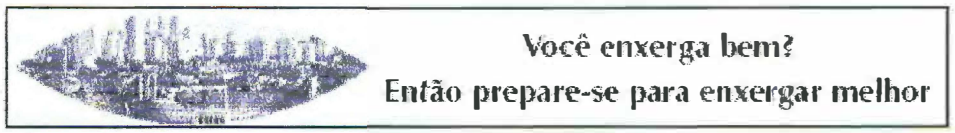
voltar | imprimir | enviar | comentar matéria

© 2004 Rede Paranaense de Comunicação. Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução do conteúdo desta página,
em meio de comunicação eletrônico ou impresso,
sem prévia autorização escrita da RPC.

**Anexo 22**

http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2002/04/16






Terça-feira, 16 de abril de 2002 CIDADES O ESTADO DE S. PAULO

# Cenas domésticas registradas em vídeo são assistidas por 'espiões'

Equipamento sem fio, popular nos EUA e usado na segurança, revela intimidades

**JOHN SCHWARTZ**
**The New York Times**

Milhares de pessoas que instalaram um tipo de câmera de vídeo sem fio, muito popular, com a intenção de aumentar a segurança de suas casas e escritórios, acabaram abrindo, sem saber, uma janela que revela suas atividades para quem quer que tenha em mãos um receptor de baixo custo.

A câmera de vídeo sem fio, divulgada em intensa campanha pela Internet, envia sinais de vídeo para uma base central próxima, permitindo que as cenas captadas sejam vistas em um computador ou aparelho de TV. O sinal pode ser interceptado de uma distância de mais de 400 metros, por equipamentos eletrônicos comprados no varejo, por menos de US$ 250,00.

Uma excursão feita recentemente pelos subúrbios de New Jersey, em companhia de dois peritos em segurança, demonstrou a facilidade com que um espião digital pode espreitar o que se passa dentro das casas onde as câmeras estão instaladas para funcionar como monitor de vídeo de bebês e câmeras de segurança de baixo custo.

O motorista fez seu caminhão virar uma esquina, na abastada área suburbana de Chathan, e parou o veículo em frente a uma casa despretensiosa. A janela de seu laptop, que dava sinais vacilantes, inesperadamente mostrou uma imagem de vídeo bem definida, em preto e branco: na sala de visitas, focalizada de um ponto situado perto do piso. havia brinquedos de bebê espalhados pelo chão, e uma mulher sentada num divã.

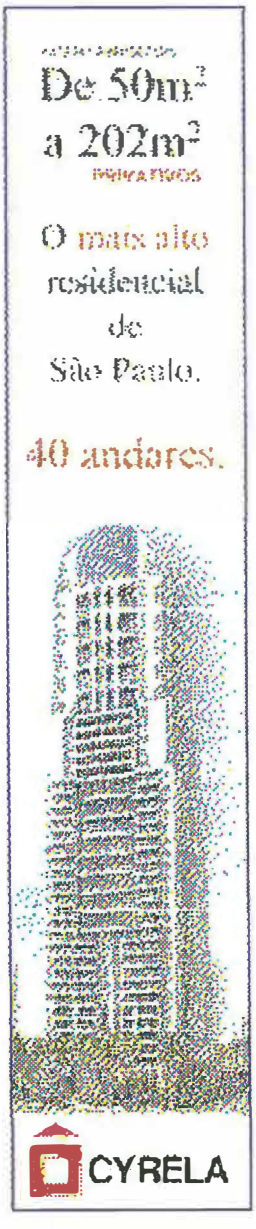
Depois de mostrar as imagens, o homem - um defensor da privacidade, que pediu que seu nome não fosse publicado - continuou a dirigir o caminhão, escaneando cenas captadas em outras casas.

Na cidade de Madison, observou, do estacionamento de uma loja, trabalhadores que estavam atrás da caixa registradora. O motorista entrou na loja e apontou para um canto. "Observem," disse. Acima das portas, havia uma câmara de vídeo, quase imperceptível.

**"Assustador"** - O uso de dispositivos digitais deve ser legal, na opinião de Clifford Fishman, professor de Direito da Universidade Católica dos Estados Unidos e autor da obra Wiretapping and Eavesdropping, sobre escuta clandestina.

Sobre a nova forma de espreita de alta tecnologia, entretanto, Fishman declarou: "É assombroso e assutador." Segundo ele, já foram proibidas escutas clandestinas de telefonemas, a pedido da indústria de telecomunicações.

"Mas não há um lobby equivalente protegendo as pessoas da vigilância digital", disse. Alguns Estados americanos aprovaram leis proibindo a instalação secreta de câmeras em locais como vestiários, mas os legislativos não costumam tratar da legalidade da captação desses sinais.




**anterior**
- Penitenciária de Hortolândia passa a ter a maior concentração de presos

**próxima**
- FALECIMENTOS

- índice de notícias
- cidades
- **capa Estado**

**Anexo 23**

http://www.privacyinternacional.org/index.html

1990-2003

Latest News
New Documents
Activities
Issues
Resources
Conferences
About PI
current activities
National ID Cards
UK Privacy Page
Freedom of Information
Big Brother Awards
Stupid Security Awards
Cyber-crime
Country Archives
Privacy and Human Rights
Contact PI

**Privacy International (PI) is a human rights group formed in 1990 as a watchdog on surveillance by governments and corporations. PI is based in London, England, and has an office in Washington, D.C. PI has conducted campaigns throughout the world on issues ranging from wiretapping and national security, to ID cards, video surveillance, data matching, police information systems, medical privacy, and freedom of information and expression.**

## Latest news from around the world

### PI Submits Comments on Canadian ID Card Proposal

Privacy International has submitted comments to the Citizenship & Immigration Committee of the Canadian Parliament urging caution on adopting a national id card system. PI estimates that the full cost of the system would cost Can$7 billion and would raise substantial privacy and security concerns.

### Conference on ISP Surveillance - 22 October 2003

Privacy International and the Foundation for Information Policy are holding a half day conference on Wednesday, 22nd October 2003 on the UK governments plans on data retention. Scrambling for Safety 7 will have representatives from government, civil society and industry debating the new government proposals requiring communications companies to monitor their users' activities and provide the information to government bodies without a court order. Attendance is free.

### New International FOI Survey Released

Privacy International and Freedominfo.org have released a new study of Freedom of Information Laws in 53 countries for the International Freedom of Information Day. The study finds that FOI is now an essential and standard feature in democratic governments around the world. See the PI FOIA Page for more information.

### PI and GreenNet Release Internet Censorship Survey

Silenced a global study of Internet censorship in over fifty countries and regions finds that Internet restrictions, government secrecy and communications surveillance have reached an unprecedented level across the world. The twelve-month study conducted by Privacy International and the GreenNet Educational Trust has found that a sharp escalation in control of the Internet since September 2001 may have outstripped the traditional ability of the medium to repel attempts at restriction.

### PI and EPIC Release 2003 World Privacy Survey

Privacy International and the Electronic Privacy Information Center released Privacy and Human Rights 2003 on 5 September. The report reviews the state of privacy in 55 countries around the world. Issues covered include data protection, surveillance, anti-terrorism efforts and new technologies.

### UK Home Office to Push National ID Card

A leaked letter from Home Secretary David Blunkett to the Deputy Prime Minister reveals that the Home Secretary has decided to push forward a national ID card for all Britons over 16. The cards will mandatory and each card will contain biometic information. The cards will cost each person £39(US$65). A central database of personal information will be set up. However, other press reports also say that Chancellor Gordon Brown is opposed to spending any public money and the rest of the Cabinet is not convinced. (*The Times*, 6 July 2003).

**Canadian Privacy Commissioner Resigns**
Canadian Privacy Commissioner George Radwinski resigned on 24 June following weeks of public and Parliamentiary criticism over excessive travel and food expenses and misleading Parliament and 75 percent of his staff signed a petition asking him to step down. He had spent $300,000 in two years. Report of the Standing Committee on Government Operations and Estimates. He has been temporarily replaced by Robert Marleau, a former House of Commons clerk.

**UK Governmernment to Ignore ID Card Opposition**
In response to several Parliamentary Questions, the UK Government has revealed that the 5,000 anti-Entitlement Card emailsubmissions sent via the Stand.org.uk website were to be "counted in the same way as other inspired samples or surveys of opinion which by their nature cannot be representative of the population as a whole".

**PI Condemns "Shameful" Deal Over Vote for Top EU Privacy Post**
Privacy International has sent an open letter to the European Parliament over its decision to recommend the appointment of an unknown Spanish magistrate for the influential post of European Data Protection chief. In a secret ballot of the Committee on Citizens' Freedoms and Rights, Justice and Home Affairs of the EP on May 20, Joaquín Bayo Delgado was selected as primary candidate for the post of Data Protection Supervisor for Europe. The post carries extensive responsibilities, including oversight of the controversial Schengen Information System. Press release.

**PI Launches Campaign to Demand Communications Records**
Privacy International has commenced the "Know Your Data" campaign and has called on UK consumers to demand access to their records held by telephone, mobile and Internet companies. The campaign has been launched in the wake of two government consultations on data retention and data access that may establish a universal surveillance regime across all UK communications. PI has also released correspondence with the Interception of Communications Commissioner, Sir Swinton Thomas and with the Home Secretary's Office that provide a disturbing insight into the method by which interception warrants are authorised. Also see the Know Your Data Retention Czar FAQ for information on the lead UK government official promoting data retention.

**Scrambling for Safety 6 Conference on Data Retention and Access Consultation**
Privacy International and FIPR organized an open meeting on 14 May on the Home Office Consultations on Data Retention and Access to Communications Data. Speakers included the Home Office and experts from civil society, academia and industry. See the Conference web site for details and presentations.

**More Stories and Private Parts Archive (1996-2002)**